

Introdução à Ética

Arnaldo Mayr

SUMÁRIO

Apresentação.....	3
1.Introdução.....	4
2.O território limítrofe entre Ética e Moral.....	6
TEXTO 1 – Introdução ao Problema Ético.....	8
Texto 2 – Ética e Moral: objeto e abrangência.....	10
TEXTO 3 – Etimologia e especificidades da ética e moral.....	12
3.Os Traços da Moral.....	14
TEXTO 4 – Ser ético é ser herói.....	15
4.O Problema dos Valores.....	20
TEXTO 5 - Juízos de fato e juízos de valor.....	22
4.1.O Problema do Bom.....	23
4.1.1.O Bom como Felicidade.....	23
4.1.2.O Bom como Prazer.....	24
4.1.3.O Bom como Boa Vontade.....	24
4.1.4.O Bom como Útil.....	25
TEXTO 6 – A natureza do bom.....	25
5.A Historicidade da Moral.....	29
5.1.Perspectiva a-histórica.....	29
5.2.Perspectiva histórica.....	30
TEXTO 7 - História da Moral Ocidental.....	31
5.3.As análises éticas das formas morais.....	38
5.4.O progresso moral.....	44
6.Perspectivas e caminhos.....	47
TEXTO 8 – Desafios para a ética.....	48
6.1.Ética profissional.....	51
TEXTO 9 - O que é Ética Profissional?.....	52
7.Considerações finais.....	57
8.Referências Bibliográficas.....	58

Apresentação

Você encontrará aqui uma série de apontamentos que construí ao longo da minha experiência docente. Existem fragmentos que não são meus, mas que aparecem indicados com os devidos créditos. Não há nada de excepcional, mas pode servir como um bom ponto de partida aos iniciantes.

Ao longo deste trabalho teremos uma oportunidade única: repensar nossos conceitos e nossa prática ética. O caminho que vamos fazer não pretende ser apenas teórico. Quanto a isto, seria muito mais fácil se ficássemos apenas no âmbito da superfície, garantindo um distanciamento que nos colocasse a salvo de nós mesmos. Muitos foram os filósofos que se esquivaram da tarefa de pensar a si mesmos e deitaram longas páginas de frieza e indiferença.

Mas nossa proposta é mais instigante, mais provocadora. Queremos que a trajetória deste curso seja capaz de proporcionar situações de aprendizagem que nos incomodem, desestabilizem nossas convicções cristalizadas, exijam mudanças. Queremos proporcionar uma experiência apaixonante, que seja capaz de nos envolver na totalidade.

Mas não pensem que vamos jogar fora a tradição e a metodologia da filosofia ocidental. Pelo contrário. Será nosso ponto de partida. Queremos ultrapassar este ponto. Avançar para além dele. Precisamos angariar subsídios para que possamos repensar nossas práticas cotidianas.

Assim, a apropriação de um instrumental teórico adequado, a releitura das reflexões empreendidas historicamente pelos clássicos, a interpretação de fatos históricos que trazem em seu bojo – mesmo que de forma velada – concepções éticas, modelos de homem e projetos para o futuro, deverão ser etapas que deveremos percorrer em nossa empreitada.

Este estudo pretende ser um ponto de partida para sua reflexão. Quis fazê-lo instigante, provocativo – como toda proposta filosófica – mas sem a pretensão de constituir palavra última sobre o problema e, nem tampouco, ser permeado por uma indiferença ética que pudesse reforçar o relativismo que contamina o nosso tempo. Isto ocorre porque ser ético exige tomada de posição constante, cálculo dos riscos inerentes e a responsabilidade pelas consequências advindas. Ser ético é não poder ser indiferente. E isto, perseguiremos até o fim de nosso estudo.

Sugiro, por fim, que persigamos sempre a pergunta proposta por Nietzsche em *Ecce Homo*: “quanto de verdade *suporta*, quanto de verdade *ousa* um espírito?” Talvez seja a hora de ampliarmos nossas verdades e suportarmos um pouco mais.

Boa empreitada para todos!

Arnaldo Mayr¹

¹Arnaldo Henrique Mayr é graduado em Filosofia pela Puccamp (1987) e mestre em Letras, Linguagem e Discurso pela UninCor (2007) com trabalho voltado para o caráter ficcional das autobiografias, especialmente o de Sartre. Atua no magistério desde 1986 ministrando disciplinas ligadas à área de filosofia. Endereços para contato: asmayr@asmayr.pro.br e <http://www.asmayr.pro.br/>

1. Introdução

As discussões em torno dos problemas éticos e morais tem sido uma tônica na contemporaneidade. Todas as pessoas refletem sobre situações éticas (e não-éticas) que ocorrem envolvendo a si próprias, seus semelhantes, os grupos a que pertencem ou sobre situações hipotéticas. Estas reflexões ocorrem no âmbito familiar, nas escolas, nas ruas, instituições, associações, igrejas, empresas, nos meios de comunicação em geral, enfim, em todos os espaços da vida sociopolítica.

Diante de situações concretas sempre há a necessidade de uma tomada de posição. Isto surge como uma exigência ética, própria do senso moral que possuímos. O funcionário que subtrai intencionalmente produtos de sua empresa deve ser denunciado? E se esse funcionário for um grande amigo meu, ao qual devo muitas obrigações? Mesmo assim devo denunciá-lo? O deputado que usa o recurso público em benefício próprio, seguindo uma prática histórica, atenta contra a ética? E quando os seus pares não comentam o assunto por “questões éticas”? Quando o judiciário julga com parcialidade fere os princípios éticos? Existem princípios éticos capazes de nortear a conduta humana independentemente da época e lugar?

Mas antes de respondermos a estas questões precisamos situar o problema: qual a natureza da ética; qual o seu objeto e suas relações com o problema moral; que instrumentos podemos adotar para nos aproximarmos e compreendermos o problema ético; existem valores universais ou apenas valores contingentes, datados no tempo e espaço? E, pensando em termos de contemporaneidade e globalização precisamos ser capazes de responder também às seguintes questões: Num mundo globalizado o problema ético também ficou globalizado? Como podemos falar de ética no mundo virtual, onde as relações ocorrem on line, sem a presença física do outro? Estas são apenas algumas questões que justificam a pertinência e oportunidade do tema.

A realidade que nos cerca servirá sempre de ponto de partida – e por isso mesmo deve se prestar a ser ponto de chegada – para situarmos e avaliarmos nossos pressupostos e conclusões. A vida humana é permeada por uma infinidade de situações onde nos defrontamos com comportamentos morais. Assim, nada seria mais sensato que pensar estes mesmos problemas levando em consideração sua concretude, percebendo-os enquanto manifestação histórica, situados no tempo e espaço. Claro que existem abordagens que insistem em situar o problema num universo a-histórico que pressupõe uma universalidade só encontrada no plano da abstração. Homens ideais, situações ideais, valores anteriores ao próprio homem – como se fossem próprios da humanidade – são

pré-requisitos neste tipo de abordagem dos quais não compartilhamos. Nossas justificativas surgirão ao longo de nossa exposição e não nos parece oportuno teorizar afastando-nos do real, posto que só nos interessa a reflexão ética se, de alguma forma, puder iluminar nossa inserção no mundo junto com nossos pares. Da mesma forma, nenhuma certeza proveniente da autoridade de qualquer fonte que seja poderá ser tomada sem uma reflexão crítica. Doutrinas, dogmas, códigos de conduta, deontologias², autoridades políticas, religiosas ou sociais, tudo isto deverá ser colocado em suspenso. A reflexão ética que propomos exige o equacionamento entre a teoria e a prática, entre o ideal e o possível, entre o plano ético e o plano moral. Mas nem por isso temos a pretensão de construir uma "nova ética". Com certeza não incorreremos neste risco. O produto de nosso trabalho deve encontrar eco na doutrina dos clássicos, dos líderes mais expressivos de nosso tempo, fazer coro às contribuições das ciências humanas contemporâneas, ao mesmo tempo em que questiona sistemas anacrônicos, instituições obsoletas que pretendem legislar sobre condutas humanas, padrões de comportamento aceitos pelo senso comum e tidos como válidos, e tantos outros.

² Deontologia: do Gr. déon, déontos, o dever + lógos, tratado. Teoria do dever no que respeita à moral; conjunto de deveres que impõe a certos profissionais o cumprimento da sua função, como por exemplo a deontologia dos médicos ou a dos jornalistas.

2. O território limítrofe entre Ética e Moral

Em uma primeira tentativa para delimitar os terrenos da Ética e Moral percebemos que são muitas as vertentes que esta reflexão assumiu ao longo da história do pensamento. Há pensadores que consideram os dois termos equivalentes e os distinguem por sutilezas de nomenclatura e há ainda os que nos situam em planos bem distintos, bem demarcados. Geralmente ouvimos falar em “limites entre ética e moral”. Quando optamos pelo conceito de limite pressupomos que sejam diferentes e tencionamos delinear seus contornos. A diferença entre ambos permitiria e justificaria esta distinção. Mas ao optarmos pelo conceito de “limítrofe” queremos aproveitar a ênfase deste conceito derridiano. Quando Jacques Derrida³ privilegia o conceito de limítrofe em detrimento do conceito de limite é porque ele quer evidenciar a contaminação dos territórios. Limítrofe é o que alimenta. Do grego *trofen* = nutrição, alimento. Assim, ética e moral estabelecem uma relação cujos limites estão contaminados, se misturam e se confundem. Vejamos como Vasquez (2002) aborda esta questão:

Ambas as palavras mantêm assim uma relação que não tinham propriamente em suas origens etimológicas. Certamente, moral vem do latim *mos* ou *mores*, "costume" ou "costumes", no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. Ética vem do grego *ethos*, que significa analogamente "modo de ser" ou "caráter" enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Assim, portanto, originariamente, *ethos* e *mos*, "caráter" e "costume", assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito. É precisamente esse caráter não natural da maneira de ser do homem que, na Antiguidade, lhe confere sua dimensão moral. (VASQUEZ, 2002, p.24)

As relações entre ética e moral, mais do que nunca, estão contaminadas pelos dois conceitos. Tanto pelo objeto de que se ocupam – em última instância o comportamento humano – quanto pela inserção de ambas no cotidiano das pessoas, nas esferas da vida social e nas instituições como um todo.

Retomando a questão das relações possíveis entre ética e moral poderíamos optar pelo critério de abrangência como elemento demarcatório de ambos. As questões éticas diriam respeito aos problemas mais universais, mais abrangentes, circunscritos ao universo do humano e, por isto mesmo, mais teóricas; Já as questões morais seriam aquelas mais próximas do indivíduo, mais concretas e de caráter mais prático, ligadas a ação propriamente dita. Ou, dito de outra forma, a ética ocuparia o espaço da reflexão, da teoria, da ciência ou análise crítica. Já a moral estaria situada no plano das ações concretas,

³ Para uma visão rápida dos principais conceitos de Jacques Derrida cf. *Cenas derridianas* de Luiz Fernando de Carvalho (2004).

diretamente vinculada ao plano normativo e, por isto mesmo, concreta e particular. A primeira enquanto instrumental e a segunda enquanto objeto mesmo.

A perspectiva de compreensão da ética enquanto ciência, reflexão, disciplina filosófica ou simples análise também é algo bastante flexível.

Consultando a versão on line da Enciclopédia de Filosofia⁴ o verbete ética afirma que está "é a disciplina crítico normativa que estuda as normas do comportamento humano, mediante as quais o homem tende a realizar na prática atos identificados com o bem".

Vasquez posiciona-se a este respeito afirmando que

A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade [...] O valor da ética está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas

E um pouco mais a frente:

Não lhe cabe formular juízos de valor sobre a prática moral de outras sociedades, de outras épocas, em nome de uma moral absoluta e universal, mas deve, antes, explicar a razão de ser desta pluralidade e das mudanças de moral; isto é, deve esclarecer o fato de os homens terem recorrido a práticas morais diferentes e até opostas (VASQUEZ, 2002, p.21).

Assim, parece que podemos tomar, mesmo que de forma provisória, como ponto de partida razoável, o pressuposto de que a ética situa-se no terreno da reflexão, da análise, da teoria. Contudo, não podemos perder de vista o seu objeto que é concreto, prático, dinâmico e situado num contexto histórico-social bem demarcado. A medida em que avançarmos em nosso estudo estes territórios estarão mais delineados. Mas não tenhamos a ilusão de que poderemos separá-los por mero exercício taxonômico. É mais provável que cheguemos à conclusão de que ocupam territórios limítrofes, contaminados, imbricados mesmo. Não há a possibilidade de perceber um dos conceitos sem avançar no espaço do outro.

Mas e a moral? Como poderíamos, mesmo que provisoriamente, defini-la? Etimologicamente já pudemos observar que a moral reflete um costume, uma ação tornada válida e merecedora de repetição, pois conta com a aprovação da comunidade na qual se insere. Mas ainda estamos num terreno muito vasto, pois a ação humana é por natureza plural, polissêmica. Importa então tentar mapear as características próprias das ações que podemos tomar como ações morais.

Neste momento nos parece oportuno trazer na íntegra três textos que explicitam melhor como estes terrenos limítrofes se constituem. Vejamos cada um deles.

⁴ Disponível em: <http://encfil.goldeye.info/>

Este primeiro texto trata de algumas questões amplas que envolvem o problema ético. Vai oferecer uma boa visão panorâmica do assunto. Ética. Enciclopédia de Filosofia – Disponível também em: <http://encfil.goldeye.info/>

TEXTO 1 – Introdução ao Problema Ético

A finalidade dos códigos morais é reger a conduta dos membros de uma comunidade, de acordo com princípios de conveniência geral, para garantir a integridade do grupo e o bem-estar dos indivíduos que o constituem. Assim, o conceito de pessoa moral se aplica apenas ao sujeito enquanto parte de uma coletividade.

Ética é a disciplina crítico normativa que estuda as normas do comportamento humano, mediante as quais o homem tende a realizar na prática atos identificados com o bem.

Interiorização do dever. A observação da conduta moral da humanidade ao longo do tempo revela um processo de progressiva interiorização: existe uma clara evolução, que vai da aprovação ou reprovação de ações externas e suas consequências à aprovação ou reprovação das intenções que servem de base para essas ações. O que Hans Reiner designou como "ética da intenção" já se encontra em alguns preceitos do antigo Egito (cerca de três mil anos antes da era cristã), como, por exemplo, na máxima "não zombarás dos cegos nem dos anões", e do Antigo Testamento, em que dois dos dez mandamentos proíbem que se deseje a propriedade ou a mulher do próximo.

Todas as culturas elaboraram mitos para justificar as condutas morais. Na cultura do Ocidente, são familiares a figura de Moisés ao receber, no monte Sinai, a tábua dos dez mandamentos divinos e o mito narrado por Platão no diálogo Protágoras, segundo o qual Zeus, para compensar as deficiências biológicas dos humanos, conferiu-lhes senso ético e capacidade de compreender e aplicar o direito e a justiça. O sacerdote, ao atribuir à moral origem divina, torna-se seu intérprete e guardião. O vínculo entre moralidade e religião consolidou-se de tal forma que muitos acreditam que não pode haver moral sem religião. Segundo esse ponto de vista, a ética se confunde com a teologia moral.

História. Coube a um sofista da antiguidade grega, Protágoras, romper o vínculo entre moralidade e religião. A ele se atribui a frase "O homem é a medida de todas as coisas, das reais enquanto são e das não reais enquanto não são." Para Protágoras, os fundamentos de um sistema ético dispensam os deuses e qualquer força metafísica, estranha ao mundo percebido pelos sentidos. Teria sido outro sofista, Trasímaco de Calcedônia, o primeiro a entender o egoísmo como base do comportamento ético.

Sócrates, que alguns consideram fundador da ética, defendeu uma moralidade autônoma, independente da religião e exclusivamente fundada na razão, ou no logos. Atribuiu ao estado um papel fundamental na manutenção dos valores morais, a ponto de subordinar a ele até mesmo a autoridade do pai e da mãe. Platão, apoiado na teoria das ideias transcendentais e imutáveis, deu continuidade à ética socrática: a verdadeira virtude provém do verdadeiro saber, mas o verdadeiro saber é só o saber das ideias. Para Aristóteles, a causa final de todas as ações era a felicidade (eudaimonía). Em sua ética, os fundamentos da moralidade não se deduzem de um princípio metafísico, mas daquilo que é mais peculiar ao homem: razão (logos) e atuação (enérgeia), os dois pontos de apoio da ética aristotélica. Portanto, só será feliz o homem cujas ações sejam sempre pautadas pela virtude, que pode ser adquirida pela educação.

A diversidade dos sistemas éticos propostos ao longo dos séculos se compara à diversidade dos ideais. Assim, a ética de Epicuro inaugurou o hedonismo, pelo qual a felicidade encontra-se no prazer moderado, no equilíbrio racional entre as paixões e sua satisfação. A ética dos estoicos viu na virtude o único bem da vida e pregou a necessidade de viver de acordo com ela, o que significa viver conforme a natureza, que se identifica com razão. As éticas cristãs situam os bens e os fins em Deus e identificam moral com religião. Jeremy Bentham, seguido por John Stuart Mill, pregou o princípio do eudemonismo clássico para a coletividade inteira. Nietzsche criou uma ética dos valores que inverteu o pensamento ético tradicional e Bergson estabeleceu a distinção entre moral fechada e moral aberta: a primeira conservadora, baseada no hábito e na repetição, enquanto que a outra se funda na emoção, no instinto e no entusiasmo próprios dos profetas, santos e inovadores.

Até o século XVIII, com Kant, todos os filósofos, salvo, até certo ponto, Platão, aceitavam que o objetivo da ética era ditar leis de conduta. Kant viu o problema sob novo ângulo e afirmou que a realidade do conhecimento prático (comportamento moral) está na ideia, na regra para a experiência, no "dever ser". A vontade moral é vontade de fins enquanto fins, fins absolutos. O ideal ético é um imperativo categórico, ou seja, ordenação para um fim absoluto sem condição alguma. A moralidade reside na máxima da ação e seu fundamento é a autonomia da vontade. Hegel distinguiu moralidade subjetiva de moralidade objetiva ou eticidade. A primeira, como consciência do dever, se revela no plano da intenção. A segunda aparece nas normas, leis e costumes da sociedade e culmina no estado.

Objeto e ramos da ética. Três questões sempre reaparecem nos diversos momentos da evolução da ética ocidental: (1) os juízos éticos seriam verdades ou apenas traduziriam

os desejos de quem os formula; (2) praticar a virtude implica benefício pessoal para o virtuoso ou, pelo menos, tem um sentido racional; e (3) qual é a natureza da virtude, do bem e do mal. Diversas correntes do pensamento contemporâneo (intuicionismo, positivismo lógico, existencialismo, teorias psicológicas sobre a ligação entre moralidade e interesse pessoal, realismo moral e outras) detiveram-se nessas questões. Como resultado disso, delimitaram-se os dois ramos principais da ética: a teoria ética normativa e a ética crítica ou metaética.

A ética normativa pode ser concebida como pesquisa destinada a estabelecer e defender como válido ou verdadeiro um conjunto completo e simplificado de princípios éticos gerais e também outros princípios menos gerais, importantes para conferir uma base ética às instituições humanas mais relevantes.

A metaética trata dos tipos de raciocínio ou de provas que servem de justificação válida dos princípios éticos e também de outra questão intimamente relacionada com as anteriores: a do "significado" dos termos, predicados e enunciados éticos. Pode-se dizer, portanto, que a metaética está para a ética normativa como a filosofia da ciência está para a ciência. Quanto ao método, a teoria metaética se encontra bem próxima das ciências empíricas. Tal não se dá, porém, com a ética normativa.

Desde a época em que Galileu afirmou que a Terra não é o centro do universo, desafiando os postulados ético religiosos da cristandade medieval, são comuns os conflitos éticos gerados pelo progresso da ciência, especialmente nas sociedades industrializadas do século XX. A sociologia, a medicina, a engenharia genética e outras ciências se deparam a cada passo com problemas éticos. Em outro campo da atividade humana, a prática política antiética tem sido responsável por comoções e crises sem precedentes em países de todas as latitudes.

Este segundo texto procura demarcar melhor o objeto e o campo da ética. Trata-se de um fragmento da obra de Adolpho Sanchez Vasquez, Ética. Esta é uma obra que vale a pena ser lida na íntegra. Aqui estão as páginas 22 a 25.

TEXTO 2 – Ética e Moral: objeto e abrangência

Assim como os problemas teóricos morais não se identificam com os problemas práticos, embora estejam estritamente relacionados, também não se podem confundir a ética e a moral. A ética não cria a moral. Conquanto seja certo que toda moral supõe determinados princípios, normas ou regras de comportamento, não é a ética que os estabelece numa determinada comunidade. A ética depara com uma experiência histórico-

social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais.

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano.

A nossa definição sublinha, em primeiro lugar, o caráter científico desta disciplina; isto é, corresponde à necessidade de uma abordagem científica dos problemas morais. De acordo com esta abordagem, a ética se ocupa de um objeto próprio: o setor da realidade humana que chamamos moral, constituído - como já dissemos - por um tipo peculiar de fatos ou atos humanos. Como ciência, a ética parte de certo tipo de fatos visando descobrir-lhes os princípios gerais. Neste sentido, embora parta de dados empíricos, isto é, da existência de um comportamento moral efetivo, não pode permanecer no nível de uma simples descrição ou registro dos mesmos, mas os transcende com seus conceitos, hipóteses e teorias. Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar à racionalidade e objetividade mais completas e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis.

Certamente, esta abordagem científica dos problemas morais ainda está muito longe de ser satisfatória, e das dificuldades para alcançá-la continuam se beneficiando as éticas especulativas tradicionais e as atuais de inspiração positivista.

A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral. As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Ao contrário, os princípios, as normas ou os juízos de uma moral determinada não apresentam esse caráter. E não somente não têm um caráter científico, mas a experiência histórica moral demonstra como muitas vezes são incompatíveis com os conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais. Daí podermos afirmar que, se se pode falar duma ética científica, não se pode dizer o mesmo da moral. Não existe uma moral científica, mas existe - ou pode existir - um conhecimento da moral que pode ser científico. Aqui, como nas outras ciências, o científico baseia-se no método, na abordagem do objeto, e não no próprio objeto. Da mesma maneira, pode-se dizer que o mundo físico não é científico, embora o seja a sua abordagem ou estudo por parte da ciência física. Se, porém, não existe uma moral científica em si, pode existir uma moral compatível com os conhecimentos científicos sobre o homem, a sociedade e, em particular, sobre o

comportamento humano moral. É, este o ponto em que a ética pode servir para fundamentar uma moral, sem ser em si mesma normativa ou preceptiva. A moral não é ciência, mas objeto da ciência; e, neste sentido, é por ela estudada e investigada. A ética não é a moral e, portanto, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições; sua missão é explicar a moral efetiva e, neste sentido, pode influir na própria moral.

Seu objeto de estudo é constituído por um tipo de atos humanos: os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto.

Na definição antes enunciada, ética e moral se relacionam, pois, como uma ciência específica e seu objeto. Ambas as palavras mantêm assim uma relação que não tinham propriamente em suas origens etimológicas. Certamente, moral vem do latim *mos* ou *mores*, "costume" ou "costumes", no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. Ética vem do grego *ethos*, que significa analogamente "modo de ser" ou "caráter" enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Assim, portanto, originariamente, *ethos* e *mos*, "caráter" e "costume", assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito. É precisamente esse caráter não natural da maneira de ser do homem que, na Antiguidade, lhe confere sua dimensão moral.

Vemos, pois, que o significado etimológico de moral e de ética não nos fornecem o significado atual dos dois termos, mas nos situam no terreno especificamente humano no qual se torna possível e se funda o comportamento moral: o humano como o adquirido ou conquistado pelo homem sobre o que há nele de pura natureza. O comportamento moral pertence somente ao homem na medida em que, sobre a sua própria natureza, cria esta segunda natureza, da qual faz parte a sua atividade moral.

Este terceiro texto procura através de uma análise etimológica dos termos ética e moral compreender melhor suas relações. Trata-se de uma parte da obra de Leonardo Boff, A Águia e a Galinha. Esta é uma obra que está disponível na MIDIA TECA e pode ser lida na íntegra.

TEXTO 3 – Etimologia e especificidades da ética e moral

Consideremos a tensão de uma outra dualidade, a ética e a moral. Talvez a etimologia das palavras ética e moral iluminem essa complexidade.

Ethos - ética, em grego - designa a morada humana. O ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo protetor e permanente. A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si.

Ético significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda.

Na ética há o permanente e o mutável. O permanente é a necessidade do ser humano de ter uma moradia: uma maloca indígena, uma casa no campo e um apartamento na cidade. Todos estão envolvidos com a ética, porque todos buscam uma moradia permanente.

O mutável é o estilo com que cada grupo constrói sua morada. É sempre diferente: rústico, colonial, moderno, de palha, de pedra... Embora diferente e mutável, o estilo está a serviço do permanente: a necessidade de ter casa. A casa, nos seus mais diferentes estilos, deverá ser habitável.

Quando o permanente e o mutável se casam, surge uma ética verdadeiramente humana.

Moral, do latim *mos, mores*, designa os costumes e as tradições. Quando um modo de se organizar a casa é considerado bom a ponto de ser uma referência coletiva e ser reproduzido constantemente, surge então uma tradição e um estilo arquitetônico. Assistimos, ao nível dos comportamentos humanos, ao nascimento da moral.

Nesse sentido, moral está ligada a costumes e a tradições específicas de cada povo, vinculada a um sistema de valores, próprio de cada cultura e de cada caminho espiritual.

Por sua natureza, a moral é sempre plural. Existem muitas morais, tantas quantas culturas e estilos de casa. A moral dos yanomamis é diferente da moral dos garimpeiros. Existem morais de grupos dentro de uma mesma cultura: são diferentes a moral do empresário, que visa o lucro, e a moral do operário, que procura o aumento de salário. Aqui se trata da moral de classe. Existem as morais das várias profissões: dos médicos, dos advogados, dos comerciantes, dos psicanalistas, dos padres, dos catadores de lixo, entre outras. Todas essas morais têm de estar a serviço da ética. Devem ajudar a tornar habitável a moradia humana, a inteira sociedade e a casa comum, o planeta Terra.

Existem sistemas morais que permanecem inalterados por séculos. São renovadamente reproduzidos e vividos por determinadas populações ou regiões culturais. Assim, a poligamia entre os árabes e a monogamia das culturas ocidentais. Por sua natureza, a moral se concretiza como um sistema fechado.

De que forma se articulam a ética e a moral? Respondemos simplesmente: a ética assume a moral, quer dizer, o sistema fechado de valores vigentes e de tradições comportamentais. Ela respeita o enraizamento necessário de cada ser humano na realização de sua vida, para que não fique dependurada das nuvens.

Mas a ética introduz uma operação necessária: abre esse enraizamento. Está atenta às mudanças históricas, às mentalidades e às sensibilidades cambiáveis, aos novos desafios derivados das transformações sociais. Ela impõe exigências a fim de tornar a moradia humana mais honesta e saudável. A ética acolhe transformações e mudanças que atendam a essas exigências. Sem essa abertura às mudanças, a moral se fossiliza e se transforma em moralismo.

A ética, portanto, desinstala a moral. Impede que ela se feche sobre si mesma. Obriga-a à constante renovação no sentido de garantir a habitabilidade e a sustentabilidade da moradia humana: pessoal, social e planetária.

Concluindo, podemos dizer: a moral representa um conjunto de atos, repetidos, tradicionais, consagrados. A ética corporifica um conjunto de atitudes que vão além desses atos. O ato é sempre concreto e fechado em si mesmo. A atitude é sempre aberta à vida com suas incontáveis possibilidades. A ética nos possibilita a coragem de abandonar elementos obsoletos das várias morais.

Confere-nos a ousadia de assumir, com responsabilidade, novas posturas, de projetar novos valores, não por modismo, mas como serviço à moradia humana.

Não basta sermos apenas morais, apegados a valores da tradição. Isso nos faria moralistas e tradicionalistas, fechados sobre o nosso sistema de valores. Cumpre também sermos éticos, quer dizer, abertos a valores que ultrapassam aqueles do sistema tradicional ou de alguma cultura determinada. Abertos a valores que concernem a todos os humanos, como a preservação da casa comum, o nosso esplendoroso planeta azul branco. Valores do respeito à dignidade do corpo, da defesa da vida sob todas as suas formas, do amor à verdade, da compaixão para com os sofredores e os indefesos. Valores do combate à corrupção, à violência e à guerra. Valores que nos tornam sensíveis ao novo que emerge, com responsabilidade, seriedade e sentido de contemporaneidade.

Há pessoas que insistem em morar em suas casas antigas, sem delas cuidar e sem adaptá-las às novas necessidades. Elas deixam de ser o que deveriam ser: aconchegantes, protetoras e funcionais. É a moral desgarrada da ética. A ética convida a reformar a casa para torná-la novamente calorosa e útil como habitação humana. Como o filósofo grego Heráclito dizia: "a ética é o anjo protetor do ser humano".

Por essa atitude ética, os atos morais acompanham a dinâmica da vida. A moral deve renovar-se permanentemente sob a orientação e a hegemonia da ética. Cabe à ética garantir a moradia humana, sob diferentes estilos, para que seja efetivamente habitável.

Ética e moral são dimensões intrínsecas do comportamento humano em sociedade. Sempre que estamos diante de situações onde a nossa prática ou a prática de outrem exige de nós uma tomada de posição estamos nos terrenos da moralidade humana. Normas, valores, comportamento, intencionalidade e consequências são palavras-chave para a compreensão do problema ético.

3. Os Traços da Moral

Os problemas morais devem ser analisados à luz de um conjunto de fatores que lhe são peculiares. Estes fatores demarcam alguns territórios nos quais as ações morais se realizam e, por isto, servem para apontar seus aspectos principais.

Ao longo deste tópico vamos fazer referência constante ao termo moral. A fim de evitar equívocos vamos tomar como base – mesmo que de forma provisória – a seguinte definição:

A moral é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal (VASQUEZ, 2002, p.84)

Esta abordagem do problema moral reforça a abordagem proposta nos três primeiros textos. Mas existem alguns aspectos que merecem ser trabalhados de forma mais pormenorizada.

Uma primeira distinção que devemos fazer aqui diz respeito à terminologia amoral e imoral. No senso comum estes dois conceitos são usados de forma indiscriminada e são tomados como sinônimos. Gostaríamos de propor aqui a utilização do termo imoral para as situações de conteúdo moral que atentam contra a moral vigente. São ações de caráter moral condenável; já o termo amoral remete a ideia de privação (diferente de negação) e diz respeito às situações sem conteúdo moral. São ações descritivas, geralmente sobre assuntos da realidade física dos objetos e que não desperta em nós nenhum tipo de sentimento. Veja o exemplo abaixo:

*Um torcedor de futebol que agride de forma intencional um torcedor do time adversário e afirma em uma entrevista que “faria tudo novamente”, comete um ato **imoral** na medida em que transgredir um padrão de comportamento tido como aceitável; já um outro torcedor ao afirmar em uma entrevista que a bandeira oficial do seu time possui as dimensões de 1,20m x 1,35m realiza um ato **amoral** pois sua afirmação não veicula conteúdo moral, apenas faz uma constatação.*

Outra consideração importante diz respeito ao problema das normas. A moral circunscreve-se a um conjunto de normas, expectativas de ação, regras, convenções e leis que são utilizados para regular os comportamentos. São balizadores das ações humanas e sempre são invocados nas situações de avaliação de comportamento. Estas normas podem ter um caráter mais informal, implícito, sustentado pela oralidade ou tradição, ou podem ser mais formais, explícitas, expressas em códigos normativos ou leis promulgadas no âmbito do estado e que contam com o uso da força para garantir e exigir seu cumprimento. Em ambos os casos atendem a mesma função que é estabelecer critérios para validar as ações morais.

Os terrenos onde transitam a moral e o direito são muito próximos. Podemos ter três situações básicas:

1ª Situação: a ação moral e o direito estão em perfeita harmonia. Neste caso o legal comporta uma dimensão moral e reflete este anseio moral, ao mesmo tempo em que o projeto moral da sociedade encontra-se ancorado no sistema legal. O princípio constitucional que garante o acesso à educação básica para todos os cidadãos seria um exemplo desta situação;

2ª Situação: a ação moral não encontra amparo legal e sua prática é tida como ilegal. Neste caso existe uma prática aceita socialmente e que reflete um comportamento aceitável, mas que ainda não encontra sustentação no sistema legal. A morosidade da assimilação das mudanças sociais pelo sistema legal e a utilização deste como instrumento de controle contribui para esta lacuna. A ação de cidadãos livres que ocultava os escravos fugitivos no Brasil colonial é um exemplo desta situação.

3ª Situação: o sistema legal garante uma prática que não encontra a aprovação da sociedade. Nesta situação temos leis que se prestam a garantir privilégios de poucos, amparadas pelo sistema jurídico do país e tidas como inimputáveis sob a ótica do estado já que são legais. São situações que contam, na maioria das vezes, com o descontentamento de grandes camadas da população. A lei que garante privilégios ao parlamentar que tenha cometido um assassinato é um exemplo desta situação.

Este quarto texto é de autoria do pensador Renato Janine. Ele trata das situações limítrofes entre a moral e o direito vale a pena conferir. O texto está disponível em <http://www.asmayr.pro.br>

TEXTO 4 – Ser ético é ser herói

Por Renato Janine*

Muitas vezes, ser decente exige romper com a lei. Foi assim sob o nazismo e sob todas as formas de ditadura. é assim também quando a desigualdade ou a injustiça impera. Aí, sim, o ser humano precisa ser heroico

Quem viu o filme *Casa da Rússia*, com Sean Connery e Michele Pfeiffer? Numa certa altura, entusiasmado, o editor inglês que é representado por Sean Connery diz: Hoje, para alguém ser uma pessoa decente, precisa ser herói. é uma frase fortíssima, que muda toda a história que vai acontecer depois e que por isso mesmo eu não vou contar. Mas quer isso dizer que, hoje, para ser ética, uma pessoa tem que ser heroica? Ficou tão difícil a ética, assim?

É o que ouvimos quase todo dia. Os brasileiros dão muita importância à ética. Dividimos o mundo em gente decente e indecente. Quando algo dá errado, por exemplo, uma política pública, automaticamente se pensa em roubalheira, não em incompetência.

Mesmo os bandidos falam em ética. Na cadeia, punem sem piedade quem abusou sexualmente de crianças ou de mulheres. é comum até um criminoso falar na sua ética, nos seus valores.

Também, quando tratamos um serviço, é frequente a pessoa contratada explicar por que ela faz tão bem o seu trabalho e, sobretudo, por que não pratica certas desonestidades que seus colegas (jura ela!) fazem.

Acredite, claro, quem quiser. Mas faz parte do nosso discurso social, da nossa fala com o outro, afirmar: eu sou ético, num mundo em que o resto não o é. Eu sou do bem. O mundo está de pernas para o ar, tudo está errado, mas eu não.

Aqui temos então duas grandes ideias fortes da brasilidade. A primeira é que as coisas em geral não andam bem. A economia nos aperta, a sociedade está complicada, até a amizade e o amor estão em crise. Percebemos bem essa devastação e ela nos incomoda. Mas a segunda ideia é que eu, pessoalmente, ajo bem. Sou honesto.

Serei herói? Aqui é que estão as coisas. Boa parte do autoelogio (eu sou o único decente num mundo de bandidos) é mentira. Basta ver como termina o serviço do profissional que gabou sua honestidade: tão ruim quanto o dos outros, ou mesmo pior. Então, parece que o personagem da *Casa da Rússia* tem razão: a ética virou artigo raro. Ser ético é mostrar-se capaz de heroísmo.

Vale a pena então irmos, deste filme recente, baseado num livro de John Le Carré, para a tragédia grega *Antígona*, que Sófocles escreveu no século V antes de Cristo. Penso que toda reflexão sobre a ética deve começar por ela.

Antígona é filha de Édipo. Dois de seus irmãos lutam pelo poder, e ambos morrem. O trono fica então com seu tio, Creonte, que manda enterrar um dos sobrinhos com todas

as honras e deixar o corpo do outro aos abutres. Antígona não aceita isso. Participa do enterro solene de um irmão e depois sepulta, com os ritos religiosos, o outro, o proscrito.

O rei fica furioso. Está convencido de que é uma conspiração contra ele. Manda descobrir quem violou suas ordens. Ao saber que é a sobrinha, tenta poupá-la: se ela negar que foi ela, ou se pedir desculpas, enfim, ele lhe dá todas as saídas sob uma condição só, de que ela negue o seu ato. Antígona se recusa e é executada.

Essa história é exemplar. Ela mostra que há um conflito latente entre a ética e a lei. Um governante dá ordens. Estas podem ser legítimas ou não. Creonte fez o que não devia, moralmente, mas é ele quem manda. A lei está com ele. Neste caso, o que fazer?

Vou passar a um caso relativamente recente. Um tempo atrás, eu estava na França, quando um homem morreu na calçada, em frente de uma farmácia, sem que ninguém o acudisse. O farmacêutico explicou: se tocasse no outro, se tornaria responsável por ele. Só um médico poderia fazê-lo. Descobriu-se, porém, que bastaria um remédio simples para salvar o rapaz da morte. O que fazer?

Assisti então a um amplo debate. Foi sugerida uma mudança na lei, para que as pessoas pudessem acudir a seus próximos sem serem processadas, quando agissem de boa fé. Também se propôs um sistema de atendimento mais rápido das emergências. Mas quem, a meu ver, resolveu a questão foi um jornalista, que disse mais ou menos o seguinte:

- Se precisarmos de uma lei que autorize as pessoas a agirem humanamente, a socorrerem os outros sem pensar nos castigos e riscos que correm, não estará tudo perdido? Porque nunca as leis vão prever todos os casos. Sempre, para alguém agir bem, de maneira ética, em solidariedade com os outros, haverá um terreno incerto, um espaço que pode até ser ilegal.

- Precisamos de uma lei nos permitindo ser decentes? continuou ele. Ou deveremos estar preparados para correr os riscos, até mesmo de sermos presos, quando um valor mais alto se erguer, o valor do respeito do outro?

É este o heroísmo de que falava o personagem da Casa da Rússia. é este o heroísmo que Antígona praticou. E ele exige que, às vezes, estejamos dispostos a infringir a própria lei, a desobedecer às regras, quando for em nome de um valor superior. Em nosso mundo, este valor mais elevado pode ser, antes de mais nada, a vida de alguém. Aliás, costuma haver polêmica sobre o chamado furto por necessidade, quando um esfomeado furta comida para sobreviver: isso não é um crime.

Mas as coisas podem ir mais longe. Maria Rita Kehl elogiou aqui, na semana passada, o líder dos sem-terra João Pedro Stédile. O que vale mais, a lei de propriedade da

terra, que perpetua uma exclusão social enorme, ou o direito das pessoas a viver, e acrescento, a viver dignamente? Do ponto de vista ético, é claro que vale mais o direito à vida digna.

Nem sempre foi assim. Um pregador puritano inglês do século 17, Richard Baxter, tem uma frase horrorosa. Na época, enforcava-se quem roubasse um pedaço de pão. Ele justifica isso: a vida dos pobres, explica, não vale grande coisa, ao passo que o atentado à propriedade destruiria os fundamentos da própria sociedade.

Não há consenso a este respeito. Uns defendem os sem-terra, outros os atacam. Mas o que quero levantar aqui é algo mais forte: é que a ética e a lei não coincidem necessariamente. Muitas vezes, ser decente exige romper com a lei. Foi assim sob o nazismo e sob todas as formas de ditadura. é assim também quando a desigualdade ou a injustiça impera.

Aí, sim, o ser humano precisa ser heroico. Porque violar a lei, mesmo que seja por um valor moral relevante, significa sofrer as penas da lei. Numa sociedade decente, imagino que o juiz não mandará para a cadeia quem infringiu as normas legais devido a valores morais mais altos, como os que citei. Mas não há garantia nenhuma disso. Pode ser que a pessoa seja punida, mesmo.

E é importante insistir nisso. O que queremos nós: cidadãos obedientes à lei, a qualquer lei, ou sujeitos éticos, decentes? O ideal é juntar as duas coisas. Mas, na educação, devemos apostar na autonomia, isto é, na formação de pessoas que sejam capazes de decidir por si próprias. O que significa que, em casos raros e extremos, elas tenham a coragem de enfrentar o consenso social e suportar as consequências de seus atos.

Isso, para terminar, pode fazer de qualquer um de nós um pequeno herói. O heroísmo não está só nas personagens da mitologia grega ou nos super-heróis da TV. Ele pode estar presente quando cada um de nós enfrenta uma pequena prepotência, em nome de um valor mais alto desde, claro, que arque com os resultados de sua ação e que além disso lembre que é falível e pode estar errado. Mas é desses pequenos heroísmos pessoais que depende a dignidade humana.

* Disponível em;

http://noticias.aol.com.br/colunistas/renato_janine/2004/0027.adp

Um último elemento que devemos levar em conta para a compreensão do ato moral diz respeito aos elementos que estão presentes em na maioria dos atos morais. Estes elementos conferem a estrutura propriamente dita dos atos morais. Vejamos quais são:

Estrutura do ato moral

Elemento	Característica
Motivo	Aquilo que atua como motor, impulsionador do ato moral. Possuem componentes conscientes e inconscientes que podem atuar de forma sinérgica ou isolada para alcançar o fim desejado. Opera no espaço da personalidade do indivíduo/grupo. Confere sentido a ação desejada.
Finalidade	O fim para o qual a ação é orientada. É uma tentativa de antecipação consciente do pretendido. Sua definição exige o agenciamento dos meios para a sua consecução.
Meios	Compreendem os recursos a serem utilizados para a obtenção do fim pretendido. Devem estar em acordo com o padrão de valores daquele que pratica o ato e adquirem singularidade em função do fim almejado.
Decisão	Processo voluntário que expressa a determinação em praticar o ato moral. Postula o papel ativo do sujeito na realização do ato e pressupõe o gerenciamento adequado de motivo, finalidade e meios.
Resultados	O conjunto de decorrências do ato praticado. Os resultados podem ter uma dimensão de previsibilidade ou imprevisibilidade. Não representam necessariamente a materialização da finalidade pretendida e podem ser diferentes do pretendido. Extrapolam os limites do ato moral e implicam na participação ativa da sociedade na avaliação moral do ato praticado. Conferem a dimensão social aos atos praticados que exigem um confronto com o plano normativo para apreciação e sanção por parte desta mesma sociedade.

Considerando os elementos que apresentamos aqui podemos extrair algumas conclusões importantes sobre os atos morais.

1ª – Dimensão social da moral, pois os atos morais só ocorrem em sociedade ao mesmo tempo em que suas consequências tensionam com esta mesma sociedade reafirmando seu papel e importância social;

2ª – Relevância do plano normativo como parâmetro avaliativo ao qual recorrem o indivíduo para a escolha de sua ação e a sociedade para avaliação da ação praticada;

3ª – Estrutura interdependente dos elementos que compõem o ato moral (motivos, fins, meios, decisão, resultados) exigindo instrumentos de abordagem mais refinados para que se estabeleça uma conclusão.

4. O Problema dos Valores

As avaliações de comportamento humano (fulano agiu de maneira correta, beltrano foi injusto com sicrano, ciclano não teve escolha e foi obrigado a agir desta ou daquela forma) pressupõem a existência de um critério, a partir do qual, possamos fundamentar nossa avaliação. O que é que corrobora e sustenta estes tipos de juízos? Uma primeira abordagem consiste em compreender a natureza mesma das ações morais e buscar os elementos que caracterizam sua especificidade.

Quando nos ocupamos das ações morais sempre acabamos por esbarrar no problema dos valores. Ou seja, algo que faz com que escolhamos esta ação em detrimento de outra, ou se preferirmos, algo que nos ajude a decidir em favor desta e contra aquela. De forma semelhante, ao avaliarmos uma ação – seja nossa ou seja de outro – sempre fundamentamos nossa opinião em algum critério que justifique nossa aceitação ou repreensão diante daquela ação. Este critério é o que chamamos de valor.

Por extensão, ao abordarmos o problema dos valores nos deparamos com outro conceito importante que é a axiologia. Uma consulta ao dicionário⁵ nos informa que etimologicamente temos: do grego ἀξιος valor, dignidade + λόγος estudo, tratado.

*Consultando a versão on line da Enciclopédia de Filosofia⁶ o verbete **axiologia** afirma que "Axiologia, ou teoria do valor, é a abordagem filosófica do valor em sentido amplo. Sua importância reside principalmente no novo e mais extenso significado que atribuiu ao termo valor e na unidade que trouxe ao estudo de questões econômicas, éticas, estéticas e lógicas que eram tradicionalmente consideradas em separado".*

Mas o fato de afirmarmos que a axiologia se ocupa dos valores ainda não nos responde a questão principal: o que são os valores? A resposta a esta questão exige uma contextualização que nos remete ao conceito de cultura. Isto porque só podemos falar em valores a partir de uma perspectiva cultural. Os valores estão intrinsecamente ligados a um horizonte cultural, ou, dito de outra forma, os valores representam um olhar acerca da realidade. Este olhar é situado e com marcas muito claras. Vejamos esta situação hipotética:

1. Pedro, diante de uma foto X, afirma: "esta foto é boa, me sinto bem diante dela";
2. João, diante de um objeto Y, afirma: "este objeto é feito de aço cromado";
3. Maria, diante do mesmo objeto Y avaliado por João afirma: "este objeto é repugnante".

⁵ Usaremos como referência o Dicionário de português(pt) on line oferecido pela Priberan. Sua consulta é gratuita. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>

⁶ Disponível em: <http://encfil.goldeye.info/>

Como poderíamos classificar estes juízos emitidos por Pedro, João e Maria, ou se preferirmos, o que eles possuem de semelhante que nos permite agrupá-los?

A afirmação de João encontra amparo no mundo físico. Pode ser verificada, comprovada e mensurada mediante um método e recursos de laboratório, por exemplo. É uma afirmação que encontra amparo não apenas na afirmação de João, mas encontra sustentação no conjunto de características e propriedades do objeto que está diante de João. Tanto é assim que outros sujeitos podem afirmar o mesmo que João. As afirmações deste tipo chamaremos juízos de realidade.

Já as afirmações de Pedro e Maria são opostas. Uma – a de Pedro – demonstra satisfação, um certo prazer que solicita a permanência de Pedro diante da foto, enquanto a outra – a de Maria – gera uma reação oposta, impele Maria a se afastar do objeto. Nas duas situações o sujeito é impelido a tomar uma atitude. Ele não pode continuar indiferente, mas precisa posicionar-se.

Mas mesmo assim podemos ainda colocar as duas afirmações dentro de um mesmo âmbito: ambas dizem respeito ao universo dos valores, são qualidades que os sujeitos atribuem às realidades. Tanto é assim que João e Maria estavam diante do mesmo objeto mas disseram coisas diferentes dele. A propriedade do objeto não é transferida mecanicamente para a consciência dos sujeitos cognoscentes, mas demanda uma intencionalidade dos sujeitos diante destes mesmos objetos. O sujeito é então aquele que atribui, confere, fornece ao objeto seu valor. A essas afirmações chamaremos juízos de valor. Mas o que isto tem a ver com o conceito de cultura? Os valores que atribuímos às coisas só podem ser interpretados dentro de um panorama cultural. Se o objeto Y de nosso exemplo for um revólver o valor que um pacifista atribui a ele é bem diferente do valor que um matador de aluguel pode lhe atribuir. Isto ocorre porque o universo cultural permeia nossos juízos constantemente. O que não ocorre com os juízos de realidade – dizer que o objeto “é de aço cromado” independe de nosso universo cultural, pois tanto o pacifista quanto o matador dirão dele a mesma coisa.

Juízos de realidade são as afirmações que fazemos a respeito da natureza ontológica⁷ dos objetos (são constatações) ao passo que juízos de valor são afirmações que fazemos acerca da qualidade dessas realidades e que exigem de nós uma tomada de posição.

Avançando em nossa análise percebemos que atribuir valor denota um movimento de fora para dentro, ou seja, o papel do sujeito é decisivo neste processo. O sujeito ou grupo atribui valor a alguma coisa ou objeto que está diante de si. Os componentes

⁷ Do grego ón, óntos (ser) + logos (estudo). Estudo da natureza do ser.

ideológicos traçam os universos possíveis e, de uma certa forma, delimitam os mundos que somos capazes de enxergar. Os valores de bem, mal, certo, errado, justo ou injusto são, portanto, intimamente ligados à sociedade que os produziu. E de uma forma dialética, impactam nesta mesma sociedade oferecendo a ela as marcas nas quais irá se reconhecer. São estes valores que conferem a sociedade sua identidade. Nesta abordagem que estamos propondo os valores guardam uma dimensão histórico-social que lhes é própria. Não compactuamos aqui com a perspectiva que sustenta que os valores sejam intrínsecos a si mesmos, possuindo um caráter absoluto e intrínseco, pois como demonstramos, os valores são constituídos pelos homens e para os homens. São indissociáveis dos aspectos sócio-históricos.

Este quinto texto é um fragmento da obra de Marilena Chauí, Convite a filosofia⁸. Ele serve para ilustrar a diferenciação entre os juízos de realidade e os juízos de valor. Você pode ver a obra na íntegra acessando <http://www.asmayr.pro.br/>

TEXTO 5 - Juízos de fato e juízos de valor

Se dissermos: “Está chovendo”, enunciaremos um acontecimento constatado por nós e o juízo proferido é um juízo de fato. Se, porém, falarmos: “A chuva é boa para as plantas” ou “A chuva é bela”, interpretaremos e avaliando o acontecimento. Nesse caso, proferimos um juízo de valor.

Juízos de fato são aqueles que dizem o que as coisas são, como são e por que são. Em nossa vida cotidiana, mas também na metafísica e nas ciências, os juízos de fato estão presentes. Diferentemente deles, os juízos de valor - avaliações sobre coisas, pessoas e situações - são proferidos na moral, nas artes, na política, na religião.

Juízos de valor avaliam coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis.

Os juízos éticos de valor são também normativos, isto é, enunciam normas que determinam o dever ser de nossos sentimentos, nossos atos, nossos comportamentos. São juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e ações segundo o critério do correto e do incorreto.

Os juízos éticos de valor nos dizem o que são o bem, o mal, a felicidade. Os juízos éticos normativos nos dizem que sentimentos, intenções, atos e comportamentos devemos ter ou fazer para alcançarmos o bem e a felicidade. Enunciam também que atos,

⁸ A versão que utilizamos aqui é a eletrônica distribuída gratuitamente no site Pausa para a Filosofia em http://www.pfilosofia.xpg.com.br/03_filosofia/03_01_convite_a_filosofia/convite_a_filosofia.htm

sentimentos, intenções e comportamentos são condenáveis ou incorretos do ponto de vista moral.

Como se pode observar, senso moral e consciência moral são inseparáveis da vida cultural, uma vez que esta define para seus membros os valores positivos e negativos que devem respeitar ou detestar.

Qual a origem da diferença entre os dois tipos de juízos? A diferença entre a Natureza e a Cultura. A primeira, como vimos, é constituída por estruturas e processos necessários, que existem em si e por si mesmos, independentemente de nós: a chuva é um fenômeno meteorológico cujas causas e cujos efeitos necessários podemos constatar e explicar.

Por sua vez, a Cultura nasce da maneira como os seres humanos interpretam a si mesmos e suas relações com a Natureza, acrescentando-lhe sentidos novos, intervindo nela, alterando-a através do trabalho e da técnica, dando-lhe valores. Dizer que a chuva é boa para as plantas pressupõe a relação cultural dos humanos com a Natureza, através da agricultura. Considerar a chuva bela pressupõe uma relação valorativa dos humanos com a Natureza, percebida como objeto de contemplação.

Frequentemente, não notamos a origem cultural dos valores éticos, do senso moral e da consciência moral, porque somos educados (cultivados) para eles e neles, como se fossem naturais ou fáticos, existentes em si e por si mesmos. Para garantir a manutenção dos padrões morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração, as sociedades tendem a naturalizá-los. A naturalização da existência moral esconde, portanto, o mais importante da ética: o fato de ela ser criação histórico-cultural.

4.1. O Problema do Bom

Retomando nossa análise, o estudo da axiologia implica a consideração de um conceito importante que é o conceito de bom. A tarefa de definir o que é o bom sempre teve lugar na história da filosofia. A lógica desta busca é bem simples. Quando conseguirmos apontar o bem todas as nossas ações morais poderão ser facilmente avaliadas e nossa tomada de posição será muito mais fácil. Tudo aquilo que for conforme o bem deve ser realizado, da mesma forma, tudo aquilo que for o oposto de bem (mau) deve ser evitado. Mas a questão permanece: o que é o bom?

Os absolutos como felicidade, razão, Deus, verdade, riqueza, utilidade, dentre tantas, já foram associados ao bom supremo. Estas equivalências já ocorreram ao longo da história e são bons termômetros da concepção de cada época a este respeito.

Parece-nos oportuno considerar aqui como isto ocorreu ao longo da história. Veremos como estas concepções de bom trazem no seu bojo a perspectiva moral do seu tempo esvaziando a pretensão de caráter universal com que se revestiam a medida que as situações históricas sociais também se modificaram.

4.1.1. O Bom como Felicidade

A tese do *eudemonismo*⁹ foi amplamente defendida por Aristóteles entre os seus pares. Mas esta felicidade estava diretamente ligada ao exercício racional do homem. A dimensão racional do homem (*zoon logikón*) era um conceito muito caro para nosso pensador. Dentro da limitação sócio política grega apenas os homens livres poderiam alcançar a felicidade. Já sabemos que mulheres, estrangeiros e escravos estavam alijados desta estrutura social. Aqui já percebemos uma limitação conceitual do proposto por Aristóteles.

Com a consolidação do poder eclesiástico no período seguinte, a felicidade assumiu outro caráter e encontra eco na realização do plano divino. Mas novamente temos um impeditivo, pois o mundo terreno é passageiro e contingente. A felicidade mesmo só pode ser alcançada na outra vida e apenas os santos e os homens de boa vontade poderão gozar dela. As condições sócio político-religiosas ofereceram os matizes para a construção deste modelo de felicidade e proveram, de igual forma, os mecanismos para a sua obtenção.

A modernidade ao suplantiar o modelo teocêntrico precisou convergir o conceito de felicidade em algo mais apropriado aos seus interesses. Como não poderia deixar de ser diferente, este projeto também não logrou êxito, pois pressupõe um homem abstrato dotado de razão universal. As condições concretas nas quais a felicidade ocorreria não foram contempladas. Fiel ao seu tempo, a felicidade moderna também padeceu do mal da abstração.

A este respeito vale conferir o que nos diz Vasquez:

a tese de que a felicidade é o único bom resulta demasiado geral se não se concretiza o seu conteúdo. Este conteúdo varia de acordo com as relações sociais que o determinam e a cujos interesses serve. É o que vemos quando se fixa a felicidade na contemplação, como na sociedade escravista grega, ou na posse do dinheiro, como na sociedade burguesa moderna. Resulta assim que a felicidade não pode ser concebida como algo abstrato, alheio a determinadas condições sociais, e que estas condições não favorecem ou obstaculizam a felicidade em geral, mas uma felicidade concreta (VASQUEZ, 2002, p.160)

Desta feita temos nossa perspectiva histórico-social de constituição dos valores confirmada pelos exemplos e situações aqui apontados.

⁹ Do Gr. *eudaimonismós*, felicidade. Doutrina filosófica segundo a qual a moralidade consiste na procura da felicidade, tida como bem supremo, sendo consideradas moralmente boas as condutas que conduzem à felicidade.

Mas podemos avaliar outras concepções.

4.1.2. O Bom como Prazer

O *hedonismo*¹⁰ tem na figura de Epicuro seu maior expoente, embora tenhamos traços hedonistas também no utilitarismo liberal de John Stuart Mill do séc. XIX. As teses básicas do hedonismo podem ser apontadas como:

- a. Todo prazer ou gozo é intrinsecamente bom;
- b. Somente o prazer é intrinsecamente bom;
- c. A bondade de um ato é proporcional ao prazer que contém.

Esta posição se constrói sobre as bases de um subjetivismo axiológico bastante acentuado. O sujeito é o elemento que determina a constituição do bom neste caso. Diante desta afirmação podemos enfrentar alguns problemas, pois podemos encontrar prazer em assassinar nossos inimigos ou mesmo em trair alguém que anteriormente nos tenha feito algum mal. Disto decorre que o prazer em si não suporta, necessariamente, o bem. A realização deste prazer não encontra aceitação moral, pelo contrário. O sujeito aqui exerce um papel preponderante na valorização deste prazer e o molda em função de suas necessidades psicológicas ou circunstanciais.

4.1.3. O Bom como Boa Vontade

Associar o bom à boa vontade foi um recurso proposto por Kant e constitui a base para o seu formalismo. Na ótica racionalista de Kant o bem deve possuir uma autonomia tal que não possa estar condicionado ao universo das ações humanas. A vantagem desta posição é que fica superado o caráter contingente do bom como ocorria nas abordagens anteriores. Esta lei própria (autonomia) de que o bom deve estar impregnado é algo inovador no terreno moral. A boa vontade deve estar destituída dos elementos que constituem os desejos, interesse, utilidades, enfim, de quaisquer circunstâncias. A única coisa que pode ser considerada como capaz de atender às premissas colocadas é a boa vontade. Diz ele na *Metafísica dos costumes* citado por Vasquez (2002, p.165) "Nem no mundo nem também, em geral, fora do mundo é possível conhecer alguma coisa que possa considerar-se boa sem restrições, a não ser unicamente uma *boa vontade*".

Revestida de um caráter absoluto a boa vontade kantiana presta-se a corroborar o mundo racionalista preconizado pelo iluminismo. Não podemos nos esquecer que dentro

¹⁰ Do Gr. hedoné, prazer. Antigo sistema filosófico que considerava o prazer como único fim da vida;

doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral.

do sistema kantiano a razão pura ocupa um papel de destaque sendo aquela que fornece os ditames para a razão prática. Em termos concretos, não conseguimos progredir também nesta abordagem.

4.1.4. O Bom como Útil

Esta posição assumida pelos utilitaristas do séc. XIX (Bentham e Mill) associa o bom ao útil. A definição do conceito de utilidade pode esbarrar em alguns problemas. Ciente dos riscos do subjetivismo utilitarista (bom para mim) e do altruísmo utilitarista (bom para os outros) o utilitarismo optou por uma síntese. O bom é aquilo que pode ser considerado útil ou vantajoso para o maior número de pessoas incluindo os interesses pessoais também. Esta situação satisfaz apenas as situações onde não há um conflito entre os interesses. Pois quando tivermos uma situação de impasse devermos buscar um outro critério para orientar a nossa decisão. Se pensarmos nas situações onde o atendimento a maioria reforce um modelo excludente das minorias, a situação torna-se complicada e a solução utilitarista mostra sua fragilidade. Uma situação de racionamento de comida nos autoriza a excluir as minorias para que assim as maiorias fossem atendidas? Com certeza as decisões morais demandam critérios mais amplos e devem contemplar também os aspectos qualitativos.

Este sexto texto faz um balanço das abordagens a respeito do bom e aponta alguns caminhos para a constituição de uma natureza deste conceito. Trata-se de outro fragmento da obra de Adolpho Sanchez Vasquez, Ética. Aqui temos as páginas 172-175.

TEXTO 6 – A natureza do bom

As doutrinas anteriores têm o defeito de conceber o bom de maneira abstrata, em correspondência, por sua vez, com uma maneira de conceber o homem. Os hedonistas e os eudemonistas consideram que os homens estão dotados de uma natureza universal e imutável, que nos faz procurar o prazer ou a felicidade, e exatamente nestes bens fazem consistir o bom. O formalismo kantiano apela para um homem ideal, abstrato, situado fora da história, cuja boa vontade absoluta e incondicionada seria o único verdadeiro bom. Os utilitaristas põem o bom em relação com o interesse dos homens e, ao mesmo tempo, procuram encontrá-lo em certa relação entre o particular e o geral. Com isto, observaram que o bom acarreta a necessidade de superar os interesses limitados e egoístas do indivíduo e de tomar em consideração os interesses dos demais. Mas esta relação, implicada no princípio de "o maior bem para o maior número", apresenta também um caráter abstrato, por ignorar as condições histórico-sociais concretas.

A relação entre o indivíduo e a comunidade — sublinhada pelo utilitarismo — varia com o tempo e com as diferentes sociedades. O geral, nela, não assume um caráter quantitativo abstrato — o "maior número possível" —, mas a comunidade de interesses, objetivos e aspirações de um grupo social ou de uma sociedade inteira. A esfera do bom, portanto, deve ser procurada:

a) numa relação peculiar entre o interesse pessoal e o interesse geral;

b) na forma concreta que esta relação assume de acordo com a estrutura social determinada.

Isso implica que não nos aferremos a um conteúdo determinado do bom, único para todas as sociedades e todos os tempos. Este conteúdo varia historicamente; certamente, pode ser a felicidade, a criação e o trabalho, a luta pela emancipação nacional ou social etc. Mas o conteúdo concreto só é moralmente positivo numa apropriada relação do indivíduo e da comunidade. Assim, se o bom é a felicidade, esta deve se entender como aquela que, longe de excluir a dos demais, necessariamente a pressupõe. A felicidade de certos indivíduos ou de um grupo social, que somente se pode alcançar à custa da infelicidade dos outros — de sua dor, de sua miséria, de sua exploração ou opressão — é hoje profundamente imoral. Se o conteúdo do bom é a criação, esta, embora tenha um valor em si mesma, será também imoral se faz crescer as desgraças dos outros. Finalmente, se a luta, o heroísmo e o sacrifício fazem parte do comportamento moral positivo, isso só ocorre na medida em que servem a um interesse comum: a emancipação de um povo ou de toda a humanidade.

Vemos, portanto, que o bom está numa peculiar relação entre os interesses pessoais e coletivos. Partindo do fato de que o indivíduo é um ser social e de que a sociedade não é um aglomerado de átomos sociais, indivíduo e sociedade implicam-se necessariamente, do que decorre a sua relação necessária na qual não podemos isolar ou hipos-tasiar nenhum dos dois termos. Mas a necessidade desta relação não significa que, historicamente, tenham estado sempre numa vinculação adequada: exatamente naquela que constitui a verdadeira esfera do bom.

A afirmação do indivíduo não é algo dado desde as primeiras formas de organização social, mas algo que o homem conseguiu somente na sociedade moderna. A individualidade não é um dom gratuito, mas uma conquista. Mas, na sociedade moderna, baseada na propriedade privada, a afirmação do indivíduo se traduz numa afirmação egoísta da personalidade, à custa dos demais. Por isso, o egoísmo ético não é somente uma doutrina, mas uma forma real de comportamento efetivo dos homens, na qual os interesses particulares e os gerais se separam.

O oposto deste individualismo é uma comunidade abstrata, burocrática ou desumanizada, na qual o pessoal é absorvido pelo geral ou por uma suposta universalidade atrás da qual nada mais há do que a expressão de interesses particulares muito concretos.

Em nossa época, o bom só pode ocorrer realmente na superação da cisão entre o indivíduo e a comunidade, ou na harmonização dos interesses pessoais com os verdadeiramente comuns ou universais.

Situado o bom nesta esfera, podemos falar de diversos graus de adequação do individual e do geral, bem como da realização do bom à medida que se supera o individualismo egoísta.

1. Inicialmente, o bom acarreta uma primeira e limitada superação do círculo estreito dos meus interesses exclusivamente pessoais. É, então, não só o bom para mim, mas para um círculo imediato de pessoas com cujos interesses se harmoniza o meu próprio (a família, o grupo de colegas de trabalho ou de estudo). Ao conjugar estes interesses pessoais com os dos outros, com os quais me sinto mais direta e imediatamente relacionado, ultrapassa-se o egoísmo individualista. Contudo, a bondade não se garante automaticamente por esta conjugação — ainda limitada — do individual e do geral. Realmente, pode acontecer que a superação do meu egoísmo individual assuma a forma de uma ampliação no sentido de transformar-se no egoísmo de um círculo fechado ou de um grupo restrito. O princípio do egoísmo, neste caso, não faz mais do que estender os seus limites, deixando subsistir, assim, em outro plano, o conflito entre o particular e o universal. É o que acontece, por exemplo, quando os governantes de uma potência imperialista, em nome de seus interesses egoístas nacionais, opõem' tais interesses aos de outros povos. O egoísmo coletivo e nacional, neste caso, nada mais faz do que ampliar os limites do individualismo egoísta.

2. O bom pode verificar-se em outro tipo de relação entre o indivíduo e a comunidade: não na defesa dos interesses comuns criados por uma vida comum, mas no significado social da atividade do indivíduo, do trabalho ou do estudo. Este significado se evidencia quando se trabalha ou estuda não mais por motivos egoístas, ou estritamente materiais, mas com a consciência de que se presta — ou se prestará no futuro — um serviço à comunidade. Mais uma vez, então, destaca-se aqui o caráter social da moral, e do bom em particular; pois, numa sociedade em que o trabalho se transforma numa mercadoria e na qual o estudo — particularmente nos setores mais relacionados com a técnica e a indústria — adapta-se às exigências da produção comercial, tende-se a fazer de qualquer atividade profissional um meio para satisfazer interesses pessoais egoístas, despojando-a assim de sua significação social e moral.

3. O bom se verifica como uma contribuição do indivíduo — pela sua incorporação ativa — a uma causa comum: a transformação das condições sociais nas quais está baseada a infelicidade da maioria.

A realização do bom, nos três planos acima citados, acarreta necessariamente uma peculiar relação entre o individual e o geral, que está condicionada, por sua vez, por determinada estrutura social. O egoísmo e suas opostas manifestações — solidariedade, cooperação e ajuda mútua — são encorajadas ou obstaculizadas de acordo com as condições concretas nas quais vivem os homens. Por isso, o problema do bom como conjunção dos interesses pessoais e dos interesses gerais é inseparável do problema das bases e das condições sociais que tornam possível a sua realização.

5. *A Historicidade da Moral*

Como podemos observar as relações entre ética e moral sempre foram contaminadas. Ora estamos no terreno moral, ora nos deparamos com questões próprias do campo ético. Se ao abordarmos estes dois termos nos defrontamos com esta situação, isto ocorre de maneira muito mais intensa quando observamos a história concreta dos homens, notadamente a história do ocidente. As relações entre teoria e práxis sempre perpassaram a filosofia ocidental.

Diante deste fato cabe colocarmos uma pergunta: podemos falar em história da ética ou toda a história da moral humana e sua respectiva evolução faz parte de um mesmo movimento, constituindo apenas uma “variação sobre o mesmo tema”? Dito de outra forma, as diferenças que encontramos nos padrões de comportamento ao longo da história do ocidente são de natureza qualitativa ou apenas quantitativa? Vamos tentar resolver esta questão ao longo desta unidade.

Primeiramente vale ressaltar que estamos partindo do pressuposto de que há uma realização moral ao longo da história. Situamos o terreno histórico como o espaço onde as vivências de caráter moral se materializam. Isto é importante pois estamos diante de uma situação que constitui um divisor de águas importante na abordagem ética. Falamos aqui das perspectivas históricas e a-históricas da realização moral.

Mas o que queremos dizer com perspectiva a-histórica?

5.1. *Perspectiva a-histórica*

Entendemos por perspectiva a-histórica o conjunto de situações onde a realização moral inscreve-se em uma esfera distinta e a parte do terreno histórico. Esta situação só é possível mediante uma abstração do problema moral e sua conseqüente desconexão com o mundo da prática social dos homens. Seria como pressupor que existe um universo paralelo no qual as ações morais, o conjunto normativo e os valores de caráter moral atuam de forma autônoma em relação às formas de organização político-social que os homens constroem ao longo da sua história. Esta postura a-histórica implica três direções que reforçam esta ruptura com o mundo concreto onde realiza-se a prática humana. Seguindo a abordagem proposta por Vasquez (2002) – aqui vale lembrar que seu referencial metodológico construído sobre o materialismo histórico aparece com toda sua força – são estas direções:

a) Deus como origem ou fonte da moral. No caso, as normas morais derivam de um poder sobre-humano, cujos mandamentos constituem os princípios e as normas

morais fundamentais. Logo, as raízes da moral não estariam no próprio homem, mas fora e acima dele.

b) A natureza como origem ou fonte da moral. A conduta moral do homem não seria senão um aspecto da conduta natural, biológica. As qualidades morais — ajuda mútua, disciplina, solidariedade, etc. — teriam a sua origem nos instintos e, por isso, poderiam ser encontradas não só naquilo que o homem é como ser natural, biológico, mas inclusive nos animais. Darwin chega a afirmar que os animais experimentam quase todos os sentimentos dos homens: amor, felicidade, lealdade, etc.

c) O Homem (ou homem em geral) como origem e fonte da moral. O homem do qual se fala aqui é um ser dotado de uma essência eterna e imutável inerente a todos os indivíduos, sejam quais forem as vicissitudes históricas ou a situação social. A moral constituiria um aspecto desta maneira de ser, que permanece e dura através das mudanças históricas e sociais. (VASQUEZ, 2002, p.38 *Grifo nosso*)

Nessas três situações estamos diante de concepções universais que independem das variáveis tempo e espaço. Seja partindo de aspectos transcendentais (divino), fisiológicos (natureza) ou racionais (homem enquanto conceito), em todos estes casos as situações concretas não são capazes de afetar de forma significativa o fundamento moral. Este impasse não é novo na história da filosofia. Diante dos gigantes (deus, natureza e razão) só uma perspectiva crítica – no sentido originário do termo grego *krysis* que remete ao conceito de raiz – pode ser capaz de dialogar e abalar estas certezas. Em nosso estudo partimos do pressuposto que a realização moral é resultado da atividade humana que se faz, enquanto sujeito, ao longo de uma linha concreta de tempo e espaço. Nossa concepção de homem enquanto sujeito assenta-se sobre bases histórico-sociais que interpelam constantemente o homem, ao mesmo tempo em que são resultados de suas necessidades. O diálogo homem/história perpassa nossa avaliação e situa nosso olhar.

Isto posto, podemos dizer que as realizações morais dos homens ocorrem ao longo da história e se modificam em função do tempo e do espaço. Daí podermos falar em história da ética (enquanto análise teórica) e história moral dos homens (enquanto realizações práticas). Queremos insistir aqui que, como estão imbricados ética e história, teremos uma dificuldade em perceber também seus limites. Mais uma vez nos parece oportuno trabalhar com o conceito de limítrofe para compreendermos as relações possíveis entre ética e história.

5.2. Perspectiva histórica

Podemos apresentar aqui um histórico das realizações éticas. Estas realizações refletem os momentos históricos da humanidade e estão impregnadas destes mesmos momentos. Usaremos aqui a mesma divisão dos grandes momentos da história ocidental. Estamos falando dos períodos antigo, medieval, moderno e contemporâneo. Claro que estes períodos não são estanques e vão sendo gerados a partir de limitações,

necessidades, e superações de modelos que não atendem mais às demandas colocadas até então. É importante salientar o caráter processual no qual se constituem as soluções éticas sendo sempre provisórios e constantemente reformulados em função das práticas concretas dos homens.

Este sétimo texto procura através de uma análise histórica mostrar como a moral foi se adaptando às formas de organização social vigentes. Permite também perceber como estas mesmas organizações refletiam o modelo moral. Trata-se de um fragmento da obra de Adolpho Sanchez Vasquez, Ética. Aqui estão as páginas 42 a 53.

TEXTO 7 - História da Moral Ocidental

O aumento geral da produtividade do trabalho (em consequência do desenvolvimento da criação de gado, da agricultura e dos trabalhos manuais), bem como o aparecimento de novas forças de trabalho (pela transformação dos prisioneiros de guerra em escravos), elevou a produção material até o ponto de se dispor de uma quantidade de produtos excedentes, isto é, de produtos que se podiam estocar porque não eram exigidos para satisfazer necessidades imediatas. Criaram-se, assim, as condições para que surgisse a desigualdade de bens entre os chefes de família que cultivavam as terras da comunidade e cujos frutos eram repartidos, até então, com igualdade, de acordo com as necessidades de cada família.

Com a desigualdade de bens tornou-se possível a apropriação privada dos bens ou produtos do trabalho alheio, bem como o antagonismo entre pobres e ricos. Do ponto de vista econômico, o respeito pela vida dos prisioneiros de guerra, que eram poupados do extermínio para serem convertidos em escravos, transformou-se numa necessidade social. Com a decomposição do regime comunal e o aparecimento da propriedade privada, foi-se acentuando a divisão em homens livres e escravos. A propriedade — dos proprietários de escravos, em particular — livrava da necessidade de trabalhar. O trabalho físico acabou por se transformar numa ocupação indigna de homens livres. Os escravos viviam em condições espantosas e arcavam com o trabalho físico, particularmente o mais duro. Seu trabalho manual, em Roma, foi a base da grande produção. A construção das grandes obras e o desenvolvimento da mineração foi possível graças ao trabalho forçado dos escravos. Somente nas minas de Cartagena, na província romana da Espanha, trabalhavam quarenta mil. Os escravos não eram pessoas, mas coisas, e, como tais, seus donos podiam comprá-los, vendê-los, apostá-los nos jogos de cartas ou inclusive matá-los.

A divisão da sociedade antiga em duas classes antagônicas fundamentais traduziu-se também numa divisão da moral. Esta deixou de ser um conjunto de normas aceitas

conscientemente por toda a sociedade. De fato, existiam duas morais: uma, dominante, dos homens livres — a_ única considerada como verdadeira —; e outra, dos escravos, que no íntimo rejeitavam os princípios e as normas morais vigentes e consideravam válidos os seus próprios, na medida em que adquiriam a consciência de sua liberdade. A moral dos homens livres não só era uma moral efetiva, vivida, mas tinha também seu fundamento e sua justificação teórica nas grandes doutrinas éticas dos filósofos da Antiguidade, especialmente em Sócrates, Platão e Aristóteles. A moral dos escravos nunca conseguiu se alçar a um nível teórico, embora — como testemunham alguns autores antigos — alcançasse algumas formulações conceituais. Aristóteles opinava que uns homens são livres e outros escravos por natureza, e que esta distinção é justa e útil. De acordo com esta concepção, que correspondia às ideias dominantes naquela época, os escravos eram objeto de um tratamento desapiedado, feroz, que nenhum dos grandes filósofos daquele tempo julgava imoral.

Assim reprimidos e embrutecidos, os escravos não podiam deixar de ser influenciados por aquela moral servil que os fazia considerar a si próprios como coisas; por isso, não lhes era possível vencer com seus próprios esforços os limites daquela moral dominante. Mas, em plena escravidão, cobraram aos poucos uma obscura consciência de sua liberdade e chegaram, em alguns casos, a deflagrar uma luta espontânea e desesperada contra os seus opressores, cujo exemplo grandioso é a insurreição de Espártaco. Uma luta semelhante não teria sido possível sem a aceitação e o desenvolvimento de uma série de qualidades morais: espírito de sacrifício, solidariedade, disciplina, lealdade aos chefes, etc. Mas, nas condições espantosas em que viviam, era impossível que os escravos pudessem elaborar uma moral própria como conjunto de princípios e de regras de ação e ainda menos que surgissem do seu meio os teóricos que pudessem fundamentá-la e justificá-la. Prática, e teoricamente, a moral que dominava era a dos homens livres.

Os traços desta moral mais estreitamente relacionados com seu caráter de classe extinguiram-se com o desaparecimento da sociedade escravista, mas isso não significa que todos os seus traços tenham sido perecíveis. Em alguns Estados escravistas, como em Atenas, a moral dominante apresenta aspectos muito fecundos não somente para o seu tempo, mas também para o desenvolvimento posterior da moral. A moral ateniense está intimamente relacionada com a política como técnica de dirigir e organizar as relações entre os membros da comunidade sobre bases racionais. Daí a exaltação das virtudes cívicas (fidelidade e amor à pátria, valor na guerra, dedicação aos negócios públicos acima dos particulares, etc.). Mas isto tudo se refere aos homens livres, cuja liberdade tinha por

base a instituição da escravidão e, por sua vez, a negação de que os escravos pudessem levar uma vida político-moral. Mas, dentro destes limites, nasce uma nova e fecunda relação para a moral entre o indivíduo e a comunidade. De um lado, cresce a consciência dos interesses da coletividade e, de outro, surge uma consciência reflexa da própria individualidade. O indivíduo se sente membro da comunidade, sem que, de outro lado, se veja — como nas sociedades primitivas — absorvido totalmente por ela. Esta compreensão da existência de um domínio pessoal, ainda que inseparável da comunidade, é de capital importância do ponto de vista moral, pois conduz à consciência da responsabilidade pessoal que constitui parte de uma autêntica conduta moral.

Com o desaparecimento do mundo antigo, que assentava sobre a instituição da escravidão, nasce uma sociedade cujos traços essenciais se delineiam desde os séculos V-VI de nossa era, e cuja existência se prolongará durante uns dez séculos. Trata-se da sociedade feudal, cujo regime econômico-social se caracteriza pela divisão em duas classes sociais fundamentais: a dos senhores feudais e a dos camponeses servos; os primeiros eram donos absolutos da terra e detinham uma propriedade relativa sobre os servos, presos a ela durante a vida inteira. Os servos da gleba eram vendidos e comprados com as terras às quais pertenciam e que não podiam abandonar. Eram obrigados a trabalhar para o seu senhor e, em troca, podiam dispor de uma parte dos frutos do seu trabalho. Embora a sua situação, comparada com a dos escravos, continuasse sendo muito dura, porque eram objeto de toda espécie de violências e arbitrariedades, tinham direito à vida e formalmente reconhecia-se que não eram coisas, mas seres humanos.

Os homens livres das cidades (artesãos, pequenos industriais, comerciantes, etc.) estavam sujeitos à autoridade do senhor feudal e eram obrigados a oferecer-lhe certas prestações em troca da sua proteção. Mas, por sua vez, o senhor feudal estava numa relação de dependência ou vassalagem (não por força, mas voluntária) com respeito a outro senhor feudal mais poderoso, ao qual devia lealdade em troca da sua proteção militar, constituindo-se assim um sistema de dependências ou de vassalagens na forma de uma pirâmide cujo vértice era o senhor mais poderoso: o rei ou imperador. Neste sistema hierárquico se inseria também a Igreja, dado que possuía seus próprios feudos ou terras. A Igreja era o instrumento do senhor supremo, o Deus, ao qual todos os senhores da terra deviam vassalagem e exercia, por isso, um poder espiritual indiscutível em toda a vida cultural; mas, ao mesmo tempo, o seu poder se estendia aos assuntos temporais, gerando constantes conflitos com reis e imperadores, que se procuravam dirimir, de acordo com a doutrina das "duas espadas".

A moral da sociedade medieval correspondia às suas características econômico-sociais e espirituais. De acordo com o papel preponderante da Igreja na vida espiritual da sociedade, a moral estava impregnada de conteúdo religioso, e como o poder espiritual eclesiástico era aceito por todos os membros da comunidade — senhores feudais, artesões e servos da gleba — tal conteúdo garantia uma certa unidade moral da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, e de acordo com as rígidas divisões sociais em estamentos e corporações, verificava-se uma estratificação moral, isto é, uma pluralidade de códigos morais. Assim, havia um código dos nobres ou cavaleiros com a sua moral cavalheiresca e aristocrática; códigos das ordens religiosas com a sua moral monástica; códigos das corporações, códigos universitários, etc. Somente os servos não tinham uma formulação codificada de seus princípios e de suas regras. Mas, entre todos estes códigos é preciso destacar o da classe social dominante: o da aristocracia feudal. A moral cavalheiresca e aristocrática se distinguia—como a dos homens livres da Antiguidade — por seu desprezo pelo trabalho físico e a sua exaltação do ócio e da guerra. Um verdadeiro nobre tinha o dever de exercitar-se nas virtudes cavalheirescas: montar a cavalo, nadar, atirar flechas, esgrimir, jogar xadrez e compor versos em honra da "bela dama". O culto da honra e o exercício das altas virtudes tinha como contrapartida as práticas mais desprezíveis: o valor da guerra se acompanhava com façanhas cruéis; a lealdade ao senhor era obscurecida não raramente pela hipocrisia, quando não pela traição ou pela felonias; o amor à "bela dama" ou "dama do coração" combinava-se com o "direito de pernada"¹¹, ou com o direito de impedir as núpcias de uma serva ou inclusive de violentá-la.

A moral cavalheiresca partia da premissa de que o nobre, por ser tal, por motivos de sangue, já possuía uma série de qualidades morais que o distinguia dos plebeus e dos servos. De acordo com esta ética, o natural — a nobreza de sangue — por si só já possuía uma dimensão moral, ao passo que os servos, por sua própria origem, não podiam levar uma vida realmente moral. Contudo, apesar das terríveis condições de dependência pessoal em que se encontravam e pelos obstáculos de toda espécie para se elevar até a compreensão das origens sociais de seus males, no seu próprio trabalho e, particularmente, no protesto e na luta para melhorar as suas condições de existência, os servos iam apreciando outros bens e qualidades que não podiam encontrar aceitação no código moral feudal: a sua liberdade pessoal, o amor ao trabalho na medida em que dispunham de uma parte de seus frutos, a ajuda mútua e a solidariedade com os companheiros da mesma sorte. E apreciavam, sobretudo, como uma esperança e uma

¹¹ Direito feudal que atribuía ao senhor o desfrute da noiva, antes do marido, no dia das núpcias, sempre que se realizava um casamento entre seus servos. (N. da R.)

compensação de suas desventuras terrenas, a vida feliz que a religião lhes prometia para depois da morte, junto com o pleno reconhecimento — nesta vida — de sua liberdade e de sua dignidade pessoal. Assim, pois, enquanto não se libertavam realmente da sua dependência pessoal, a religião lhes oferecia sua liberdade e igualdade no plano espiritual e, com isso, a possibilidade de uma vida moral, que, neste mundo real, por serem servos, lhes era negada.

No interior da velha sociedade feudal deu-se a gestação de novas relações sociais às quais devia corresponder uma nova moral; isto é, um novo modo de regular as relações entre os indivíduos e entre estes e a comunidade. Nasceu e se fortaleceu uma nova classe social — a burguesia — possuidora de novos e fundamentais meios de produção (manufaturas e fábricas), que iam substituindo as oficinas artesanais e, ao mesmo tempo, foi se formando uma classe de trabalhadores livres que, por um salário, vendiam ou alugavam — por uma jornada — a sua força de trabalho. Eram os trabalhadores assalariados ou proletários que, desta maneira, vendiam uma mercadoria — a sua capacidade de trabalho ou força de trabalho — que possui a propriedade peculiar de produzir um valor superior ao que é pago para se usada (mais-valia, ou valor não remunerado, que o operário produz ou cria).

Os interesses da nova classe social, dependentes do desenvolvimento da produção e da expansão do comércio, exigiam mão de obra livre (e, portanto, a libertação dos servos), assim como o desaparecimento dos entraves feudais para criar um mercado nacional único e um Estado centralizado que acabassem com a fragmentação econômica e política. Através de uma série de revoluções nos Países Baixos e na Inglaterra, e particularmente na França (no último terço do século XVIII), consolida-se econômica e politicamente o poder da nova classe em ascensão, e, nos países mais desenvolvidos, a aristocracia feudal latifundiária desaparece do primeiro plano.

Neste novo sistema econômico-social, que alcança a sua expressão clássica nos meados do século XIX, na Inglaterra, vigora, como fundamental, a lei da produção de mais-valia. De acordo com esta lei, o sistema funciona eficazmente só no caso de garantir lucros, o que exige, por sua vez, que o operário seja considerado exclusivamente como um homem econômico, isto é, como meio ou instrumento de produção e não como homem concreto (com seus sofrimentos e desgraças). A situação em que o operário se encontra com respeito à propriedade dos meios fundamentais de produção (despossessão total) gera o fenômeno da alienação ou do trabalho alienado (Marx). Como sujeito desta atividade, produz objetos que satisfazem necessidades humanas, mas sendo, por sua vez, uma atividade essencial do homem, o operário não a reconhece como tal ou como atividade

realmente sua, nem se reconhece nas suas obras; pelo contrário, seu trabalho e seus produtos se lhe apresentam como algo estranho e até hostil, dado que não lhe proporcionam senão miséria, sofrimento e insegurança.

Neste sistema econômico-social, a boa ou má vontade individual, as considerações morais não podem alterar a necessidade objetiva, imposta pelo sistema, de que o capitalista alugue por um salário a força de trabalho do operário e o explore com o fim de obter uma mais-valia. A economia é regida, antes de mais nada, pela lei do máximo lucro, e essa lei gera uma moral própria. Com efeito, o culto ao dinheiro e a tendência a acumular maiores lucros constituem o terreno propício para que nas relações entre os indivíduos floresçam o espírito de posse, o egoísmo, a hipocrisia, o cinismo e o individualismo exacerbado. Cada um confia em suas próprias forças, desconfia dos demais, e busca seu próprio bem-estar, ainda que tenha de passar por cima do bem-estar dos outros. A sociedade se converte assim num campo de batalha no qual se trava uma guerra de todos contra todos.

Tal é a moral individualista e egoísta que corresponde às relações sociais burguesas. Apesar disto, em tempos já longínquos, quando era uma classe em ascensão e se esforçava por afirmar o seu poder econômico e político em face da caduca e decadente aristocracia feudal, a burguesia tinha interesse em mostrar — diante dela — sua superioridade moral. E; por esta razão, aos vícios da aristocracia (desprezo do trabalho, ociosidade, libertinagem nos costumes, etc.) opunha suas virtudes características: laboriosidade, honradez, puritanismo, amor da pátria e da liberdade, etc. Mas estas virtudes, que serviam a seus interesses de classe na sua fase ascensional, foram cedendo, com o tempo, a novos vícios: parasitismo social, dissimulação, cinismo, chauvinismo, etc.

Nos países mais desenvolvidos, a imagem do capitalismo não corresponde mais, em muitos aspectos, à do capitalismo clássico apresentado pela Inglaterra na metade do século passado. Graças, sobretudo, ao arrebatador progresso científico e tecnológico das últimas décadas, aumentou consideravelmente a produtividade do trabalho. Contudo, apesar das mudanças verificadas, o cerne do sistema se conserva: a exploração do homem pelo homem e a sua lei fundamental, a obtenção da mais-valia. Mas, em alguns países, a situação da classe operária não é exatamente a mesma de outros tempos. Sob a pressão de suas lutas reivindicativas e de seus resultados concretizados na legislação social vigente, às vezes pode-se esboçar um quadro da situação operária que não corresponde mais à do século passado, com seus salários baixíssimos, dias de trabalho de doze a quatorze horas, falta total de direitos e de subvenções sociais, etc.

Dos métodos brutais de exploração do capitalismo clássico, no nosso século, passasse aos métodos científicos e racionalizados, como os do trabalho em série, no qual uma operação de trabalho se divide em múltiplas fases que reduzem o trabalho de cada indivíduo, repetido monotonamente durante o dia, a um trabalho mecânico, impessoal e esgotante. A elevação, das condições materiais da vida do operário tem, como contrapeso, um fortalecimento terrível de sua desumanização ou alienação pelo fato de privar o trabalho de qualquer aspecto consciente e criador. Mas, desta forma de exploração, passou-se ultimamente a outras, baseadas numa pretensa humanização ou moralização do trabalho. Aos incentivos materiais se acrescenta agora uma aparente solicitude para com o homem, inculcando no operário a ideia de que, como ser humano, faz parte da empresa e deve integrar-se nela. Impinge-se-lhe assim, como virtudes, o esquecimento da solidariedade com os seus companheiros de classe, o acoplamento de seus interesses pessoais com os interesses da empresa, a laboriosidade e a escrupulosidade a favor do interesse comum da mesma, etc. Mas, integrando-se desta maneira no mundo do poder, no qual a exploração, longe de desaparecer, não faz senão adotar formas mais astuciosas, o operário dá a sua contribuição pessoal para manter a sua alienação e a sua exploração. A moral que lhe é inculcada como uma moral comum, livre de qualquer conteúdo particular, ajuda a justificar e a reforçar os interesses do sistema regido pela lei da produção da mais-valia e é, por isso, uma moral alheia a seus verdadeiros interesses humanos e de classe.

Assim como a moral burguesa trata de justificar e regular as relações entre os indivíduos numa sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, do mesmo modo se lança mão da moral para justificar e regular as relações de opressão e de exploração no âmbito de uma política colonial e neocolonialista. A exploração e a espoliação de povos inteiros por parte de potências coloniais ou imperialistas já apresentam uma longa história. A vontade, porém, de cobrir essa política com um manto moral é relativamente recente. Neste campo se realiza um processo semelhante ao acontecido historicamente nas relações entre os indivíduos. Do mesmo modo que o escravista, na Antiguidade, não julgava necessário justificar moralmente a sua relação com o escravo, porque este, a seus olhos, não era pessoa mas coisa ou instrumento; e de modo análogo também ao capitalista do período clássico, que não via a necessidade de justificar moralmente o tratamento bárbaro e desapiedado que impunha ao operário, porque para ele era somente um homem econômico e a exploração um fato econômico perfeitamente natural e racional; assim também, durante séculos, os conquistadores e colonizadores consideraram que o subjugar, saquear ou exterminar povos não exigia nenhuma justificação moral. Durante séculos, a espantosa violência colonial (bárbaros métodos de

exploração da população autóctone e o seu extermínio em massa) se processou sem que levantasse problemas morais para seus promotores ou executores.

Mas, nos tempos modernos — e precisamente na medida em que os povos subjogados ou colonizados não se resignam a ser dominados —, recorre-se à moral para justificar a opressão. Esta moral colonialista começa por apresentar como virtudes do colonizado o que condiz com os interesses do país opressor: a resignação, o fatalismo, a humildade ou a passividade. Mas os opressores não somente costumam insistir nestas supostas virtudes, como também numa pretensa atitude moral do colonizado (sua indolência, criminalidade, hipocrisia, apego à tradição, etc.), que serve para justificar a necessidade de lhe impor uma civilização superior. Diante desta moral colonialista, que se relaciona com interesses sociais determinados, os povos subjogados foram afirmando, cada vez mais, a sua moral particular, aprendendo a distinguir entre as suas próprias virtudes e os seus próprios deveres. E só conseguem isso na medida em que, crescendo a consciência de seus verdadeiros interesses, lutam por sua emancipação nacional e social. Nesta luta, a sua moral se afirma não mais com as virtudes que o opressor lhe apresentava como suas e que tinha interesse em fomentar (passividade, resignação, humildade, etc.) ou com os vícios que se lhe atribuíam (criminalidade, indolência, fingimento, etc.), mas com as virtudes peculiares — as de uma moral que os opressores não podem aceitar: sua honra, a fidelidade aos seus, seu patriotismo, seu espírito de sacrifício, etc.

Toda a exposição anterior leva à conclusão de que a moral vivida realmente na sociedade muda historicamente de acordo com as reviravoltas fundamentais que se verificam no desenvolvimento social. Daí as mudanças decisivas que ocorrem na moral com a passagem da sociedade escravista à feudal e desta à sociedade burguesa. Vemos também que numa mesma sociedade, baseada na exploração de uns homens pelos outros ou de uns países por outros, a moral se diversifica de acordo com os interesses antagônicos fundamentais. A superação deste desvio social e, portanto, a abolição da exploração do homem pelo homem e da submissão econômica e política de alguns países a outros, constitui a condição necessária para construir uma nova sociedade na qual vigore uma moral verdadeiramente humana, isto é, universal, válida para todos os seus membros, visto que terão desaparecido os interesses antagônicos que geravam a diversificação da moral, ou inclusive os antagonismos morais que assinalamos antes. Uma nova moral, verdadeiramente humana, implicará numa mudança de atitude diante do trabalho, num desenvolvimento do espírito coletivista, na eliminação do espírito de posse, do individualismo, do racismo e do chauvinismo; trará também uma mudança radical na atitude para com a mulher e a estabilização das relações familiares. Em suma, significará a

realização efetiva do princípio kantiano que convida a considerar sempre o homem como um fim e não como um meio. Uma moral desse tipo pode existir somente numa sociedade na qual, depois da supressão da exploração do homem, as relações dos homens com os seus produtos e dos indivíduos entre si se tornem transparentes, isto é, percam o caráter mistificado, alienante, que tiveram até aqui. Estas condições necessárias se encontram numa sociedade socialista, na qual se criam, por conseguinte, as possibilidades para a transformação radical que envolve a nova moral. Mas, ainda que a moral socialista rompa com todas as sociedades anteriores, baseadas na exploração do homem e, neste sentido, já represente uma organização social superior, é preciso enfrentar as dificuldades, deformações e limitações que freiam a criação de uma nova moral, como, por exemplo: o produtivismo, o burocracismo, as sobrevivências do espírito de posse e do individualismo burguês, a aparição de novas formas de alienação, etc. A nova moral não pode surgir a não ser que se verifique uma série de condições necessárias, econômicas, sociais e políticas, mas a criação desta nova moral — de um homem com novas qualidades morais — é uma tarefa imensa que, longe de se completar, não fará mais do que se iniciar quando da criação dessas novas condições.

5.3. *As análises éticas das formas morais*

Depois deste rápido percurso sobre as formas de realização moral ao longo da história do ocidente nos parece muito apropriado trazer à tona as abordagens que os pensadores de cada época empreenderam sobre o problema ético. Não podemos nos esquecer que o pensador é influenciado por seu meio e reflete, de certa forma, as influências do ambiente no qual está inserido. Não de uma forma mecânica como um simples eco daquilo que ocorre a sua volta, mas por sua capacidade de síntese e espírito arguto, muitas das vezes ele tem a capacidade de tornar-se porta-voz do seu tempo. Isto ocorre de tal forma que em algumas situações o pensador torna-se sinônimo do seu tempo. Guardadas as proporções podemos dizer que a Grécia é aristotélica, a idade média tomista, e a modernidade cartesiana. Quanto aos problemas éticos e sua abordagem pelos pensadores do seu tempo vamos tentar percorrer a trajetória dos pensadores sempre levando em conta o contexto histórico-social. Vamos construir um quadro analítico que seja capaz de explicitar os grandes momentos do pensamento ético tomando como base o material produzido por Vasquez sobre o mesmo tema.

História do Pensamento Ético		
Ética Grega		
Pensador/Sistema	Contexto/Princípio Teórico	Ética Proposta
Sofistas	Democracia extensiva apenas	Relativismo, pois a existência de

	<p>aos cidadãos (homens livres) excluindo mulheres, estrangeiros e escravos;</p> <p>Valorização da atividade política;</p> <p>Importância dada à retórica, oralidade e persuasão;</p> <p>Pragmatismo social;</p>	<p>verdades e normas universalmente válidas não está assegurada;</p> <p>O normativo é provisório e depende da subjetividade individual;</p>
Sócrates (470?-399)	<p>Estabilidade sócio política;</p> <p>Defesa da busca da verdade como máxima;</p> <p>Valorização da razão em detrimento ao pragmatismo sofista;</p> <p>Bondade, conhecimento e felicidade como tríade;</p>	<p>Ética racionalista baseada no conhecimento do indivíduo a partir de si mesmo;</p> <p>Exigência de busca constante do bem enquanto realização humana;</p> <p>Felicidade decorrente do reto agir;</p>
Platão (427-327?)	<p>Dualismo: mundo sensível e mundo inteligível;</p> <p>Tensão necessidades racionais e as necessidades corporais;</p> <p>Na <i>República</i> defende a figura do legislador perfeito como sendo o filósofo rei;</p>	<p>Bem atinge-se por contemplação do mundo das ideias;</p> <p>Polis como espaço privilegiado para a realização integral do homem;</p> <p>Governantes □ razão □ prudência; Guerreiros □ vontade □ fortaleza;</p> <p>Artesãos □ subsistência □ temperança</p>
Aristóteles (384-322?)	<p>Superação do dualismo platônico;</p> <p>Conceito de potencialidade humana;</p> <p>Homem enquanto síntese de zoon politikón e zoon logikón;</p>	<p>Fim último do homem é felicidade;</p> <p>Felicidade só se realiza na vida política (espaço moral);</p> <p>Virtudes como mediadoras para atingir a felicidade;</p> <p>Virtudes são termos médios entre o excesso e a falta;</p>
Estoicos (Zenão, Sêneca e Marco	<p>Desestruturação do mundo Greco-romano;</p>	<p>Ética inserida na realidade ampla do cosmos;</p>

Aurélio) e Epicuristas (Epicuro e Tito)	Moral extensiva ao universo, superando os limites da polis;	Sabedoria é aceitar a ordem do cosmos e submeter-se a ela; Bem estoico transcende as paixões e funda-se sobre autarquia humana; Bem epicurista se constrói na busca do prazer; Vida moral individualizada sem necessidade da vida social para realizar-se;
---	---	---

Podemos dizer que neste período as principais preocupações estão voltadas para a constituição do estado grego (polis) e a definição do conjunto de ações mais adequadas para a vida neste novo espaço social. A superação da ordem mítica e de suas diretrizes religiosas trouxe a necessidade de estabelecer novos fundamentos que fossem capazes de orientar o homem grego, especialmente o cidadão. A filosofia emergente chama-se para si esta tarefa.

História do Pensamento Ético		
Ética Medieval		
Pensador/Sistema	Contexto/Princípio Teórico	Ética Proposta
Ética Cristã: Patrística, Sto Agostinho (354-430), e Santo Tomás de Aquino (1226-1274)	Sociedade escravista substituída pela sociedade da servidão (relações feudais); Poder religioso confunde-se com o poder laico; Pontos principais: Deus criador, homem criatura e verdades reveladas; Deus assume o papel principal na vida humana; Igreja como interlocutora da vontade de Deus.	Compromisso do homem é com Deus e não com os outros homens; Realização integral do homem ocorrerá em outra vida; Virtudes como meios para atingir a plenitude do homem; Submissão a estrutura social opressora (desigualdade material) com compensação na vida eterna (igualdade espiritual); Felicidade alcançada apenas na vida eterna (Sto Agostinho) e Deus como fim traz a felicidade (Sto Tomás).

Assumindo o lugar da polis grega a religião cristã assume o papel de ditar os novos padrões de comportamento aceitáveis para o mundo medieval. A fragmentação e ausência de uma vida social ativa contribuíram para a formação de uma moral verticalizada cujo fundamento encontrava-se em outro mundo e desprovido de um caráter social. A igreja assume o papel de legisladora ética, papel este que antes coubera a filosofia.

História do Pensamento Ético		
Ética Moderna		
Pensador/Sistema	Contexto/Princípio Teórico	Ética Proposta
Renascentistas	Substituição do mundo teocêntrico pelo antropocentrismo; Resgate aos valores e ideais clássicos e decadência do poder eclesiástico; Novo ator social que é a burguesia; Ciência conflita com a Igreja e propõe nova ordem sócio política baseada na autonomia dos estados nacionais.	Antropocentrismo como fundamento das escolhas individuais e sociais; Escolhas humanas ilimitadas, circunscritas dentro do universo de suas necessidades.
Descartes (1596-1650)	Razão como ponto de partida (cogito cartesiano como máxima); Consciência como ponto de contato entre o homem e o mundo.	Ética construída sobre a razão abstrata que constitui todos os homens; Subjetividade elevada ao máximo objetificando o resto do mundo.
Empiristas	Experiência individual como ponto de partida válido para construção do mundo; Vinculação com o novo ator social formado pela burguesia.	Experiência assume caráter valorativo fundamentando a ética moderna; Liberalismo exalta a individualidade e corrói os pilares da sociedade medieval consolidando o individualismo de forma definitiva; Ciência assume o papel de

		arbitrar as questões éticas.
Kant (1724-1804)	Revolução Francesa; Exacerbação da racionalidade humana e crença no progresso sem limites; Burguesia consolida-se como principal ator social, fulminando com a aristocracia e submetendo o campesinato ao seu projeto ideológico.	Moral como produto da atividade cognoscente do homem; Moral (razão prática) como resultado da aplicação da razão pura (razão teórica); O mundo enquanto espaço de realização da liberdade humana segundo os ditames de sua consciência e experiências práticas; Máxima moral: "Age de tal forma que sua ação possa ser elevada a lei universal"; Princípio da autonomia como norteador da conduta humana; construída sobre o princípio do "tu deves".

A moral moderna ampara o projeto burguês e rompe de vez com a moral teocêntrica do período anterior. Coloca o homem como centro do problema moral e resgata a importância do cenário social como espaço da realização moral. Enfatiza a racionalidade e o antropocentrismo como fontes últimas de sustentação moral.

Antes de passarmos à ética contemporânea se faz necessário uma ressalva. Muitos dos processos deflagrados nos séculos XIX e XX ainda estão em movimento e não atingiram uma estabilidade que nos permita dizer acerca deles com uma certa propriedade. Esta situação não é específica da ética e sempre ocorre quando nos aproximamos de um período do qual fazemos parte de forma atuante. Mesmo sabendo destes riscos não nos furtaremos a tentar compreender estes momentos que, de uma forma ou de outra, constituem a nossa identidade. Vamos abordar os três autores que estabeleceram os pilares da contemporaneidade (Freud, Nietzsche e Marx) e, também, as perspectivas do existencialismo, pragmatismo e da ética da alteridade.

História do Pensamento Ético		
Ética Contemporânea		
Pensador/Sistema	Contexto/Princípio Teórico	Ética Proposta

Marx (1818-1883)	<p>Iluminismo não consegue dar conta das situações concretas dos homens;</p> <p>Materialismo histórico dialético como ferramental de abordagem social;</p> <p>Operariado se constitui como novo ator social contracenando com a burguesia;</p> <p>Aglomerados urbanos se cristalizam e expõem as péssimas condições de vida do proletariado.</p>	<p>Moral como consequência da organização social que os homens implantam no tecido social;</p> <p>Ideologia como componente norteador das ações humanas;</p> <p>Trabalho alienado gera uma dualidade moral estabelecendo uma moral dominante (capitalista) e uma moral dominada (operária);</p> <p>Historicidade ética circunscrita às relações de produção e em movimento dialético constante.</p>
Nietzsche (1844-1900)	<p>Crítica ao entorpecimento do Romantismo Alemão;</p> <p>Supressão de Deus e dos valores cristãos como fator necessário para a afirmação do homem;</p> <p>Homem como síntese corpo e vontade opondo-se ao homem cristão racional;</p> <p>Defesa do dionisíaco (desmedido) em franca oposição ao apolíneo (racional).</p>	<p>Moral antropocêntrica sem nenhum constrangimento externo;</p> <p>Valores não existem <i>a priori</i>, mas são construídos pelo humano que se afirma enquanto vontade de potência;</p> <p>Negação de todos os códigos de conduta apolíneos (racionais e cristãos) e resgate aos clássicos e natureza;</p> <p>Valorização dos instintos e paixões como fonte de moralidade.</p>
Kierkegaard (1818-1855)	<p>Oposição ao idealismo hegeliano;</p> <p>Existência humana marcada pela angústia e imprevisibilidade.</p>	<p>Moral baseada em escolhas;</p> <p>Passional ocupa um lugar de maior destaque que o racional nas situações morais;</p> <p>Ausência de garantias que validem o ato moral</p>
Psicanálise e Freud (1856-1939)	<p>Personalidade do homem é composta por uma dimensão</p>	<p>Ética precisa ampliar seus horizontes pois deve lidar com</p>

	<p>consciente (<i>ego</i>), uma dimensão inconsciente (<i>id</i>) e uma dimensão moral (<i>super-ego</i>) que reflete a tensão entre as primeiras;</p> <p>As ações humanas são motivadas por pulsões desconhecidas conscientemente pelo sujeito que age;</p> <p>Pulsões de vida e morte canalizam os esforços das ações humanas;</p> <p>Relações humanas são constituídas de representações que são reelaboradas constantemente.</p>	<p>elementos de ordem inconsciente;</p> <p>Aspectos menos racionais são postos em evidência e exigem outros instrumentais para avaliação moral;</p> <p>Subjetividade ganha novos contornos e os aspectos universais são colocados em xeque.</p>
Sartre (1905-1980)	<p>Europa envolvida em duas grandes guerras evidencia o fracasso da racionalidade pretendida pelo iluminismo e hegelianismo;</p> <p>Atmosfera de descrença generalizada no projeto humano;</p> <p>Releituras do método fenomenológico de Husserl e de Heidegger aplicados a situações do humano;</p> <p>Individualismo e engajamento sócio político como constitutivos do homem sartreano;</p> <p>Existência precede a essência;</p> <p>Liberdade humana como condição primeira.</p>	<p>Ética centrada no homem e em suas escolhas individuais;</p> <p>Caráter social das escolhas individuais que engajam a humanidade como um todo;</p> <p>Moralidade humana está circunscrita ao exercício da liberdade individual de cada ser humano situado;</p> <p>Ética libertária e individualista, marcada pela singularidade das escolhas e resultante de um ato de liberdade individual.</p>
Pragmatismo: Pierce (1839-1914)	<p>Necessidades utilitaristas dos Estados Unidos;</p>	<p>Ética construída em vistas ao fim que se quer alcançar;</p>

e Dewey (1859-1952)	Mecanização e automação da vida cotidiana.	Abolição de qualquer valor de caráter universal; Moral utilitarista.
Ética da alteridade: Martin Buber (1878-1965), Emanuel Levinas (1906-1995) e Enrique Dussel (1934)	Pós guerra exigiu uma resposta acerca das atrocidades cometidas; Desconstrução da modernidade ampliou os horizontes do pensamento para além da racionalidade do centro; Filosofia da libertação latino-americana implicou a construção de uma ética da libertação; Teologia da libertação constituiu a figura do outro.	Figura do outro (tu) ganha destaque e substitui as relações eu/isso pelas relações eu/tu; Ética da alteridade em lugar da ética do mesmo (centro); Olhar a partir da margem deslocando-se o eixo habitual do centro para a periferia; Racionalidade constituída sobre bases <i>a priori</i> não oferece modelos de relacionamento moral. O sentido é dado no relacional.

A moral contemporânea assume diversas formas práticas. Em comum temos a reação ao aspecto abstrato (de caráter racional ou ideal) que envolve o humano. Marcadamente concreta, ocupa-se das questões palpáveis do dia a dia e recusa o formalismo, a tradição e as respostas prontas. Postula um fazer-se constante sem medo da transitoriedade e coloca-se numa posição de diálogo sempre aberta ao novo, especialmente com o marginalizado e portador de outra racionalidade diferente da imposta pelo centro.

5.4. O progresso moral

Neste momento nos parece pertinente levantar uma questão que decorre depois desta trajetória histórica que empreendemos. Que relações podemos estabelecer entre o progresso de uma determinada sociedade e o progresso moral. Se preferirmos, podemos perguntar de outra forma: a um maior progresso moral corresponde, necessariamente, um progresso nas outras áreas de atuação do humano?

Esta questão parte de um pressuposto que é a possibilidade do progresso. Estamos dizendo que é possível, ao longo da história, experimentar situações onde possamos constatar um avanço, uma melhora em relação a uma situação anterior. Entendemos que esta evolução é possível nas diferentes dimensões do humano. Mas o grande problema é estabelecer mecanismos válidos para a mensuração deste progresso. Isto porque estamos diante de variáveis que tem uma dimensão material – e neste caso podemos medir

quantitativamente o *quantum* de progresso – e, estamos diante também de uma dimensão não-material – que não pode ser mensurada quantitativamente e deve ser avaliada sob o prisma qualitativo. Vamos entender estes meandros de maneira de forma concreta.

Quando comparamos a sociedade egípcia clássica com uma sociedade indígena do Brasil pré-colonial percebemos uma série de diferenças no que diz respeito ao progresso material – ferramentas, construções arquitetônicas, manipulação de metais, meios de transporte, vestuários, bens materiais de uso cotidiano em geral, artefatos elaborados. Percebemos também uma série de diferenças no que diz respeito ao progresso cultural – ciência (conhecimentos tecnológicos), arte, religião, educação e organização sócio político-econômica, com todos os seus desdobramentos no cotidiano da vida social.

Da constatação destas diferenças não decorre um juízo valorativo. Já vimos que os juízos de valor são atribuídos pelos sujeitos. Mas em função do percurso que fizemos para chegar até onde estamos, nos parece aceitável julgar as duas experiências culturais. Neste caso achamos por bem afirmar que a cultura egípcia é mais evoluída que a cultura indígena. De forma mais simples dizemos que há mais progresso entre os egípcios que entre os indígenas.

Desta reflexão podemos dizer que:

Os indicadores para avaliação do progresso geral de uma sociedade estão diretamente associados a

- *Produção de bens materiais;*
- *Produção de bens culturais;*

Mas o fato de dizermos que uma sociedade é mais evoluída que outra não nos permite afirmar que haja mais progresso moral nas primeiras. O que queremos dizer com isto? A natureza da questão moral exige também o estabelecimento de critérios para exercermos tal avaliação.

Se retomarmos o exemplo anterior e comparáramos as duas sociedades sobre o ponto de vista moral encontraremos algumas diferenças importantes. A sociedade egípcia tinha um código de conduta muito bem definido, com um forte aparato legislativo e uma vigilância militar que velava pelo seu cumprimento. Toda esta estrutura se encontrava subordinada aos interesses do estado que era representado pela figura absoluta do faraó. A autonomia individual estava sujeita aos interesses políticos do estado. Se pensarmos na sociedade indígena brasileira (mesmo cientes de que eram muitas e possuímos uma imagem estereotipada da mesma) podemos arriscar a dizer que a margem de autonomia individual era muito maior, o controle social menos rigoroso e como o estado era muito incipiente, estamos diante de um menor número de obrigações para com ele. As decisões

também possuíam um caráter coletivo baseado nas assembleias e reuniões em volta do fogo/prança. A sociedade e o indivíduo eram referências mais diretas das ações morais e estabeleciam princípios mais palpáveis para sua realização e avaliação.

Guardadas as proporções podemos dizer que

Os indicadores para avaliação do progresso moral de uma sociedade estão diretamente associados a

- *Qualidade da vida moral dos seus indivíduos e de suas instituições;*
- *Qualidade da participação dos indivíduos na tomada de decisões e organização social;*
- *Relações entre autonomia individual e controle institucional, manifestando o quantum de liberdade individual pode ser exercida.*

Pela diferença dos critérios percebemos que podemos ter uma série de combinações possíveis entre o progresso geral e o progresso moral. Historicamente percebemos isto de maneira muito evidente. Temos períodos cujos progressos estão em sintonia e surgem como exigências um do outro. Mas temos também situações de descompasso entre ambos. Tanto quando temos um grande nível de progresso geral que não corresponde a um progresso moral condizente quando temos um alto nível de progresso moral sem um suporte de progresso geral equivalente.

Vejamos alguns exemplos contemporâneos:

A sociedade norte-americana experimenta um elevado índice de progresso tecnológico, com uma qualidade de vida material que desfruta do que de melhor se pode produzir no planeta. Em contrapartida, experimenta uma moral esquizofrênica, pois professa valores e práticas que valem no seu território – democracia, liberdade de opiniões, respeito às instituições, integridade do homem e respeito incondicional ao direito de liberdade – e age de forma imoral na política externa – promoção da indústria bélica, desrespeito a autonomia dos outros governos, ingerência nas instituições de outros países, num total desrespeito aos que não são norte-americanos. Claro que não podemos tomar este modelo prático como referência para um projeto de construção social sem antes fazermos uma crítica contundente a ele.

Países como a Suécia e outros paraísos fiscais aparentemente poderiam estar imunes a nossa crítica anterior, na medida em que se colocam de forma neutra no cenário político internacional. Mas sob avaliação ética vemos que esta é uma neutralidade em termos, pois constroem seu progresso geral a partir de receitas oriundas do dinheiro sujo – corrupção, drogas, tráfico de armas e violência nas periferias do mundo – o que, por si só, é totalmente condenável.

Países emergentes como o Brasil experimentam uma situação ainda mais complicada sob os dois pontos de vista. Possuem um alto gradiente de desigualdade no que se refere ao progresso geral – sul e sudeste e algumas capitais do nordeste e centro-oeste gozam de benefícios ao passo que periferias dos grandes centros, regiões inteiras do norte e nordeste estão alijados da participação destes bens culturais e materiais – e no cenário internacional vivem a dualidade de exigir mais autonomia para os países pobres, maior participação na distribuição dos benefícios materiais e culturais – sendo incapazes de fazer isto em território próprio – e repetem o modelo que condenam nas relações com países mais fragilizados.

Os exemplos são incontáveis e sempre nos deparamos com situações bastante complexas envolvendo questões de progresso. Importa não esquecer que os processos não são mecânicos e os resultados refletem um projeto mais amplo que as sociedades escolhem implantar consideradas as situações contingentes nas quais estão inseridas.

6. *Perspectivas e caminhos*

Neste momento parece oportuno empreendermos uma reflexão sobre as perspectivas que podemos apontar para o exercício de uma vida moral satisfatória. Os contextos de globalização e as sociedades extremamente estruturadas sobre bases tecnológicas exigem atitudes que muitas vezes atentam contra os valores éticos professados pelos indivíduos e pela própria comunidade.

A pós modernidade enfrenta um dilema sem precedentes na história da ética. Isto porque as rupturas com o modelo do séc. XIX ainda não foram superadas de forma satisfatória. E quais são estas rupturas e dilemas? Podemos apontar:

- Supressão dos padrões de conduta do séc. XIX baseados na racionalidade;
- Abalo na moral ocidental com as críticas contundentes de Nietzsche, Marx e Freud;
- Ampliação do universo da consciência com as contribuições da psicanálise,
- Descrença generalizada nas pretensões das ciências em construir uma sociedade de base tecnológica;
- Globalização favorece o multiculturalismo e, conseqüentemente, amplia os universos culturais influenciando os padrões de comportamento;
- Paradigmas de aprendizagem estão sendo alterados e os espaços de aprendizagem se multiplicaram e saíram do espaço tradicional das escolas;

- Os processos de exclusão/inclusão estão se intensificando acarretando perda da identidade dos minoritários e massificação de um modelo que reflete a decadência dos séculos precedentes.

Os desafios advindos deste quadro são enormes. As soluções não existem prontas e o futuro nunca esteve tão incerto como hoje. As premissas do existencialismo estão atualíssimas e, mais do que nunca, devemos empreender nossas escolhas e nos responsabilizarmos pelo futuro que estamos construindo.

Este oitavo texto é do pensador Renato Janine coloca alguns desafios que teremos que enfrentar para a construção de uma sociedade melhor. Trata-se de um artigo publicado na internet e apresenta subsídios importantes para a nossa reflexão. Disponível também em <http://www.asmayr.pro.br/>

TEXTO 8 – Desafios para a ética

Por Renato Janine

Esse vai ser o grande problema da ética desde o século 19, crescendo cada vez mais ao longo do século 20 e do atual. Como saber se nossos julgamentos são válidos - ou só a tradução de preconceitos muito pessoais?

Nas duas últimas colunas, tratei do aborto, que é uma das grandes questões éticas de nosso tempo. Agora quero tratar da própria ética e de seus problemas nos dias que correm.

A ética (ou moral - usarei os termos como quase sinônimos) vive um grande desafio desde o século 19. Ela lida, como sempre lidou, com uma distinção entre condutas que aprovamos e desaprovamos, entre o certo e o errado. Contudo, alguns autores mudaram isso completamente. Vou lembrar Marx, na segunda metade do século 19, e Freud, na primeira metade do século 20.

As questões éticas são questões de consciência. Falamos na consciência moral de uma pessoa. Ora, Marx e Freud mostram que a consciência que temos, das coisas que fazemos, é bastante limitada.

Marx fala nos aristocratas franceses que se comovem a fundo pelas dores de princesas exiladas; mas, acrescenta ele, na hora decisiva, o que conta para eles é a renda agrária. Ou seja, há uma dimensão belíssima em que as pessoas vivem dramas de consciência, mas por trás disso tudo há interesses bastante chãos, terra-a-terra, que são os econômicos.

Assim como Marx destaca a economia, Freud mostra a importância do sexo por trás de nossas decisões. Vivemos dramas, sofremos, acusamos, defendemos; mas, abaixo disso, sem que tenhamos consciência, pulsa o inconsciente. Não espanta, então, que tanta condenação moral se dirija aos atos sexuais.

Termos como economia, sexo, inconsciente sofrem alterações ao longo dos tempos e não importa aqui a exatidão deles. O que conta é que, para Marx e Freud, a consciência é uma dimensão bastante limitada do que vivemos. Há algo mais forte que ela, que poderá estar nas relações de produção (ou na economia), para Marx, ou na vida sexual, para Freud, mas que em todos os casos escapa à consciência de quem age.

E isso coloca a ética, não em xeque, mas em questão. Como tratar de questões de consciência, se a consciência é um aspecto limitado, superficial, de nosso ser? O risco de nos enganarmos se torna enorme. Mesmo quem conhece pouco da psicanálise sabe o que é a "projeção", isto é, o projetar no outro aquilo que na verdade é nosso: isso quer dizer que muitos dos juízos mais severos sobre a conduta alheia apenas expressam algo de nossa psique. Por exemplo, acusamos o outro de fazer exatamente o que fazemos nós mesmos.

Esse vai ser o grande problema da ética desde o século 19, crescendo cada vez mais ao longo do século 20 e do atual. Como saber se nossos julgamentos são válidos - ou só a tradução de preconceitos muito pessoais? Por isso, perguntei nas últimas colunas se a oposição ao direito de abortar (que pode incluir argumentos de certa qualidade) não ocultaria um desejo de punir as mulheres que vivem sua sexualidade. Perguntas desse tipo se tornaram necessárias, hoje, quando se enuncia algo na ética.

Ou talvez eu pudesse começar de outro ponto. A ética passa por uma revolução no século 18, em especial com Kant. O filósofo alemão enfrenta uma questão decisiva. Até sua época, a ética estava subordinada à crença em Deus e à religião. Chamava-se de "ateu" não só quem não acreditasse em Deus, mas também quem recusasse a crença no inferno, isto é, num severo castigo a quem pecasse.

Pensava-se, pelo menos no mundo cristão, que sem inferno não haveria moralidade. As pessoas seriam éticas na medida em que acreditassem, não só em Deus, mas na punição eterna pelo pecado. Sem medo, não haveria ética.

Kant levanta a questão de uma ética que não precisa de um Deus punitivo para enunciá-la. Seus preceitos podem ser encontrados pelo homem. Resumidamente, ele diz que, toda vez que eu ajo, estou proclamando que meus atos têm a validade de uma regra universal. Isso é brilhante. Rompe com a separação entre o que eu faço e o que eu digo -

porque, quando faço algo, implicitamente declaro que essa ação é a correta, para todos. Cada ação minha é uma escolha ética para toda a humanidade.

Por exemplo, se respeito o sinal de trânsito, estou declarando que sempre devemos parar na luz vermelha. Inversamente, se furo o sinal vermelho, proclamo (implicitamente) que todos têm o direito de passar com a luz fechada - e portanto autorizo os outros carros a baterem no meu. Se não pago o que devo, autorizo todos (inclusive os meus devedores) a não pagarem as dívidas. Essa é talvez a melhor base para uma ética de sustentação humana, sem precisar de Deus para decretá-la ou para punir quem a viole.

A ética assim fica humana. Ninguém mais pode ter a certeza de falar em nome de Deus, ou dizer de cima para baixo o que é certo ou errado. Mas Marx e Freud trazem um problema a esse quadro. Eles põem sob suspeitas minhas motivações ou razões para enunciar juízos morais. Não terei mais segurança de ser honesto, porque quando emito algum julgamento posso estar apenas dando saída a preconceitos de classe ou de sexo, a interesses econômicos, a ódios pessoais. As certezas morais ficarão fracas.

Posso decretar normas universais, mas quem garante que elas sejam, mesmo, universais? Por exemplo, se insisto num direito absoluto de propriedade, posso estar discriminando os sem-terra, os não proprietários, os pobres em geral. Sabemos que o sistema penal pune mais os crimes contra a propriedade do que os crimes contra a vida.

Às vezes, para salvar a vida, alguém ataca a propriedade alheia. Como fica isso, eticamente? Condenar o furto por necessidade pode ser um preconceito de classe social, mais do que um sólido e autêntico princípio ético.

Isso não quer dizer que a ética tenha perdido o sentido, hoje. Ao contrário: é justamente porque não tenho certeza absoluta que a pergunta ética se torna mais importante do que nunca. Não é mais lícito uma pessoa pontificar do alto de uma posição de dono da verdade: cada um precisa, hoje, ser capaz de duvidar de si próprio. E para tanto posso concluir tentando uma diferença entre moral e ética.

Distinguem-se duas posições em matéria moral. Uma tem por critério os costumes da maioria. Costumes, em latim, é "mores". Por isso, a palavra "moral" pode se referir aos costumes ou modos que o grupo considera os melhores. Também por isso, muitos acham que a moral alude aos costumes que a sociedade valoriza. Por sua vez, a palavra "ethos", em grego, designa "caráter". Daí, muitos entendem que a ética remete a escolhas morais que cada um realiza, em seu caráter, independentemente da opinião da maioria.

A moral seria a do grupo (da "manada", dirão os críticos), enquanto a ética seria da pessoa, do indivíduo que pensa por si próprio. Mas é importante lembrar que a filosofia tem dois mil e quinhentos anos de idade. Portanto, também há autores que chamam de

moral o que chamamos de ética, e vice-versa. Mas para concluir é bom dizer que, mesmo que os nomes sejam trocados, a distinção é valiosa.

E por isso o desafio ético (ou moral) é sair da manada e pensar por si mesmo. Devemos ser capazes de pôr em dúvida os preconceitos que os outros nos inculcaram - e também os que nós temos. Julgar é uma tarefa árdua. Não deve ser cometida sem autocrítica.

*Disponível

em:

http://noticias.aol.com.br/colunistas/renato_janine/2004/0023.adp

Da reflexão empreendida por Janine podemos apontar alguns caminhos que nos parecem apropriados. Um primeiro ponto diz respeito a importância de compreendermos mais as esferas subjacentes à consciência humana. As contribuições da psicanálise e os avanços crescentes neste campo, as pesquisas em PNL¹², o ideológico apontado por Marx e reelaborado pelos linguistas como Mikhail Bakhtin, são alguns aspectos que devem ser considerados. A dimensão do coletivo deve ser compreendida também a partir de outra ótica. Os limites estreitos do individualismo burguês já demonstraram sua incapacidade de apontar caminhos para a organização do mundo contemporâneo. Sobre isto vale a pena conferir as duras críticas da escola de Frankfurt nas vozes de Walter Benjamin¹², Theodor Wiesengrund-Adorno e Max Horkheimer. Ainda sobre este prisma seria oportuno retomar a tese do engajamento proposto por Sartre¹³ que tem como exigência a estreita vinculação entre as ações individuais e a humanidade como um todo. O problema da autonomia deve ser explorado e aprofundado. Esta postura implica responsabilizar o homem integralmente pelas suas opções e, por esta razão, o mundo construído reflete este mesmo homem. Deste estreito compromisso pode resultar um mundo mais humano. As instituições e organizações sociais devem também engajar-se nesta tarefa de construir um mundo mais humano, mais plural, menos sectário e que seja capaz de abrigar a todos. Por último, e não menos importante urge assumirmos uma leitura mais holística, uma visão mais plural capaz de compreender o mundo como nossa casa. Do sucesso desta depende a nossa continuidade.

6.1. Ética profissional

Outra questão importante se orienta para a construção de parâmetros que possam orientar o exercício profissional. O problema que buscamos resolver com esta indagação é: podemos falar de uma ética profissional que seja diferente da ética em geral?

¹² A autora, Jeanne Marie Gagnebin faz uma releitura muito interessante dos fatos pós-guerra a partir das obras de Benjamin, Adorno e Horkheimer em sua obra *Lembras escrever esquecer*.

¹³ Sobre este particular cf. *O existencialismo é um humanismo*.

Esta questão encontra sua pertinência justamente no fato de nos depararmos com ações morais que são justificadas a partir de um código de ética profissional. Para demonstrarmos nossa afirmação vamos utilizar três exemplos que ocorrem rotineiramente.

Situação A: O profissional médico atende uma paciente que relata uma situação que comprovadamente ocorreu por imperícia técnica de outro profissional médico. As evidências são claras, mas recusa-se a pronunciar-se sobre o caso ou delatar o colega aos órgãos competentes, pois afirma “não seria ético da minha parte denunciar o colega”.

Situação B: O profissional advogado está diante de uma causa onde as chances de obtenção de êxito são as melhores possíveis. Algo do tipo “essa já está no papo”. Procurado pelo advogado da outra parte aceita receber certa quantia para fazer um “acordo de cavalheiros”. Sua cliente ainda ganhará a causa, mas receberá um pouco menos. Ao final todos sairão ganhando: a cliente, que já estava com a causa ganha; o seu advogado, que além dos honorários recebeu um extra; a outra cliente, na medida em que pagou um valor menor que o previsto e seu advogado, que recebeu um extra também previsto na negociação.

Situação C: A prefeitura de uma pequena cidade abre um processo de compra urgente de um lote de computadores para a modernização de sua rede escolar. Como é algo muito urgente, por uma brecha da lei, não será necessário abrir um processo de licitação para que se compre pelo menor preço. O primeiro fornecedor propõe fazer por 10 mil reais, sendo este um valor compatível com o praticado pelo mercado; já o segundo fornecedor – informado de forma irregular do valor oferecido pelo primeiro – oferece o mesmo lote por 20 mil reais, sendo 15 mil para si e 5 mil para “ajudar na caixinha” do município. Um terceiro, informado também dos valores das outras duas ofertas, propõe fornecer o lote de equipamentos por 30 mil reais. Isto porque 10 mil serão pagos ao primeiro fornecedor que fornecerá os equipamentos, outros 5 mil ajudarão a “caixinha”, 5 mil para o “contato” – na verdade um grande amigo que ‘abriu’ os números – e os últimos 10 mil para quem atendeu de forma rápida e eficiente a demanda do município.

Estas situações são conhecidas de muitos de nós e ocorrem nas mais diferentes instâncias da vida social. Envolvem desde pequenos valores a cifras inimagináveis. Mas a única moeda não é apenas o dinheiro. Favores, posições sociais, status, poder, possibilidade de vingança, enfim, tudo pode fazer parte das opções dispostas nas negociações do agir humano.

Este nono texto trata das relações entre a ética geral e a ética profissional. Aborda também o trabalho voluntário e as primeiras experiências profissionais.

TEXTO 9 - O que é Ética Profissional?*

Por Rosana Soibelman Glock e José Roberto Goldim

Conceituação: O que é ética Profissional?

É extremamente importante saber diferenciar a ética da Moral e do Direito. Estas três áreas de conhecimento se distinguem, porém têm grandes vínculos e até mesmo sobreposições.

Tanto a Moral como o Direito baseiam-se em regras que visam estabelecer uma certa previsibilidade para as ações humanas. Ambas, porém, se diferenciam.

A Moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa, como uma forma de garantir o seu bem-viver. A Moral independe das fronteiras geográficas e garante uma identidade entre pessoas que sequer se conhecem, mas utilizam este mesmo referencial moral comum.

O Direito busca estabelecer o regramento de uma sociedade delimitada pelas fronteiras do Estado. As leis têm uma base territorial, elas valem apenas para aquela área geográfica onde uma determinada população ou seus delegados vivem. Alguns autores afirmam que o Direito é um sub-conjunto da Moral. Esta perspectiva pode gerar a conclusão de que toda a lei é moralmente aceitável. Inúmeras situações demonstram a existência de conflitos entre a Moral e o Direito. A desobediência civil ocorre quando argumentos morais impedem que uma pessoa acate uma determinada lei. Este é um exemplo de que a Moral e o Direito, apesar de referirem-se a uma mesma sociedade, podem ter perspectivas discordantes.

A ética é o estudo geral do que é bom ou mau, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. Um dos objetivos da ética é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela é diferente de ambos - Moral e Direito - pois não estabelece regras. Esta reflexão sobre a ação humana é que caracteriza a ética.

Ética Profissional: Quando se inicia esta reflexão?

Esta reflexão sobre as ações realizadas no exercício de uma profissão deve iniciar bem antes da prática profissional.

A fase da escolha profissional, ainda durante a adolescência muitas vezes, já deve ser permeada por esta reflexão. A escolha por uma profissão é optativa, mas ao escolhê-la,

o conjunto de deveres profissionais passa a ser obrigatório. Geralmente, quando você é jovem, escolhe sua carreira sem conhecer o conjunto de deveres que está prestes a assumir tornando-se parte daquela categoria que escolheu.

Toda a fase de formação profissional, o aprendizado das competências e habilidades referentes à prática específica numa determinada área, deve incluir a reflexão, desde antes do início dos estágios práticos. Ao completar a formação em nível superior, a pessoa faz um juramento, que significa sua adesão e comprometimento com a categoria profissional onde formalmente ingressa. Isto caracteriza o aspecto moral da chamada ética Profissional, esta adesão voluntária a um conjunto de regras estabelecidas como sendo as mais adequadas para o seu exercício.

Mas pode ser que você precise começar a trabalhar antes de estudar ou paralelamente aos estudos, e inicia uma atividade profissional sem completar os estudos ou em área que nunca estudou, aprendendo na prática. Isto não exime você da responsabilidade assumida ao iniciar esta atividade! O fato de uma pessoa trabalhar numa área que não escolheu livremente, o fato de "pegar o que apareceu" como emprego por precisar trabalhar, o fato de exercer atividade remunerada onde não pretende seguir carreira, não isenta da responsabilidade de pertencer, mesmo que temporariamente, a uma classe, e há deveres a cumprir.

Um jovem que, por exemplo, exerce a atividade de auxiliar de almoxarifado durante o dia e, à noite, faz curso de programador de computadores, certamente estará pensando sobre seu futuro em outra profissão, mas deve sempre refletir sobre sua prática atual.

Ética Profissional: Como é esta reflexão?

Algumas perguntas podem guiar a reflexão, até ela tornar-se um hábito incorporado ao dia-a-dia.

Tomando-se o exemplo anterior, esta pessoa pode se perguntar sobre os deveres assumidos ao aceitar o trabalho como auxiliar de almoxarifado, como está cumprindo suas responsabilidades, o que esperam dela na atividade, o que ela deve fazer, e como deve fazer, mesmo quando não há outra pessoa olhando ou conferindo.

Pode perguntar a si mesmo: Estou sendo bom profissional? Estou agindo adequadamente? Realizo corretamente minha atividade?

É fundamental ter sempre em mente que há uma série de atitudes que não estão descritas nos códigos de todas as profissões, mas que são comuns a todas as atividades que uma pessoa pode exercer.

Atitudes de generosidade e cooperação no trabalho em equipe, mesmo quando a atividade é exercida solitariamente em uma sala, ela faz parte de um conjunto maior de atividades que dependem do bom desempenho desta.

Uma postura pró-ativa, ou seja, não ficar restrito apenas às tarefas que foram dadas a você, mas contribuir para o engrandecimento do trabalho, mesmo que ele seja temporário.

Se sua tarefa é varrer ruas, você pode se contentar em varrer ruas e juntar o lixo, mas você pode também tirar o lixo que você vê que está prestes a cair na rua, podendo futuramente entupir uma saída de escoamento e causando uma acumulação de água quando chover. Você pode atender num balcão de informações respondendo estritamente o que lhe foi perguntado, de forma fria, e estará cumprindo seu dever, mas se você mostrar-se mais disponível, talvez sorrir, ser agradável, a maioria das pessoas que você atende também serão assim com você, e seu dia será muito melhor.

Muitas oportunidades de trabalho surgem onde menos se espera, desde que você esteja aberto e receptivo, e que você se preocupe em ser um pouco melhor a cada dia, seja qual for sua atividade profissional. E, se não surgir, outro trabalho, certamente sua vida será mais feliz, gostando do que você faz e sem perder, nunca, a dimensão de que é preciso sempre continuar melhorando, aprendendo, experimentando novas soluções, criando novas formas de exercer as atividades, aberto a mudanças, nem que seja mudar, às vezes, pequenos detalhes, mas que podem fazer uma grande diferença na sua realização profissional e pessoal. Isto tudo pode acontecer com a reflexão incorporada a seu viver.

E isto é parte do que se chama empregabilidade: a capacidade que você pode ter de ser um profissional que qualquer patrão desejaria ter entre seus empregados, um colaborador. Isto é ser um profissional eticamente bom.

Ética Profissional e relações sociais

O varredor de rua que se preocupa em limpar o canal de escoamento de água da chuva, o auxiliar de almoxarifado que verifica se não há umidade no local destinado para colocar caixas de alimentos, o médico cirurgião que confere as suturas nos tecidos internos antes de completar a cirurgia, a atendente do asilo que se preocupa com a limpeza de uma senhora idosa após ir ao banheiro, o contador que impede uma fraude ou desfalque, ou que não maquia o balanço de uma empresa, o engenheiro que utiliza o material mais indicado para a construção de uma ponte, todos estão agindo de forma eticamente correta em suas profissões, ao fazerem o que não é visto, ao fazerem aquilo que, alguém descobrindo, não saberá quem fez, mas que estão preocupados, mais do que com os deveres profissionais, com as PESSOAS.

As leis de cada profissão são elaboradas com o objetivo de proteger os profissionais, a categoria como um todo e as pessoas que dependem daquele profissional, mas há muitos aspectos não previstos especificamente e que fazem parte do comprometimento do profissional em ser eticamente correto, aquele que, independente de receber elogios, faz A COISA CERTA.

Ética Profissional e atividade voluntária

Outro conceito interessante de examinar é o de Profissional, como aquele que é regularmente remunerado pelo trabalho que executa ou atividade que exerce, em oposição a Amador. Nesta conceituação, se diria que aquele que exerce atividade voluntária não seria profissional, e esta é uma conceituação polêmica.

Em realidade, Voluntário é aquele que se dispõe, por opção, a exercer a prática Profissional não-remunerada, seja com fins assistenciais, ou prestação de serviços em beneficência, por um período determinado ou não.

Aqui, é fundamental observar que só é eticamente adequado, o profissional que age, na atividade voluntária, com todo o comprometimento que teria no mesmo exercício profissional se este fosse remunerado.

Seja esta atividade voluntária na mesma profissão da atividade remunerada ou em outra área. Por exemplo: Um engenheiro que faz a atividade voluntária de dar aulas de matemática. Ele deve agir, ao dar estas aulas, como se esta fosse sua atividade mais importante. é isto que aquelas crianças cheias de dúvidas em matemática esperam dele!

Se a atividade é voluntária, foi sua opção realizá-la. Então, é eticamente adequado que você a realize da mesma forma como faz tudo que é importante em sua vida.

Ética Profissional: Pontos para sua reflexão

É imprescindível estar sempre bem informado, acompanhando não apenas as mudanças nos conhecimentos técnicos da sua área profissional, mas também nos aspectos legais e normativos. Vá e busque o conhecimento. Muitos processos ético-disciplinares nos conselhos profissionais acontecem por desconhecimento, negligência.

Competência técnica, aprimoramento constante, respeito às pessoas, confidencialidade, privacidade, tolerância, flexibilidade, fidelidade, envolvimento, afetividade, correção de conduta, boas maneiras, relações genuínas com as pessoas, responsabilidade, corresponder à confiança que é depositada em você...

Comportamento eticamente adequado e sucesso continuado são indissociáveis!

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/HCPA/gppg/eticprof.htm> acesso: 06/02/2004

Ao analisarmos os problemas que ocorrem na esfera profissional percebemos alguns pontos que merecem uma reflexão mais detida sobre eles. Vejamos por partes.

Primeiramente temos uma dissociação entre o mundo do trabalho e a “realidade lá fora”. Esta situação dicotomiza o mundo e subsiste a partir de uma falácia. Aquele que atua no trabalho não é o mesmo que atua em outros espaços sociais. Ora, o eu enquanto sujeito e aquele que atua profissionalmente somos a mesma pessoa. A minha identidade só é dada a partir da minha atuação em todas as outras esferas onde a minha vida ocorre – religiosa, estética, educacional, social, política, econômica. Esta separação não se sustenta pela natureza supostamente diferente das atividades desempenhadas nos diferentes espaços sociais onde ocorre. Ela ocorre somente na medida em que eu tenha interesse em tratá-las de forma diferenciada. Interesses estes conscientes e dos quais sou inteiramente responsável por eles.

Uma segunda justificativa é construída em cima do argumento que esta é uma prática tida como comum. Na medida em que todos agem desta forma eu me sinto impelido a agir também. Mas esta ação não nos é desconfortante ou causa algum tipo de constrangimento. Pelo contrário. Sentimos um certo conforto, pois não somos diferente dos demais e agimos como todo mundo. Escondemo-nos atrás das ações do coletivo e somos, assim, eximidos de nossa responsabilidade. Mas sempre estamos atentos para avaliar e julgar uma ação que entendemos ser imoral e passível de reprovação.

Outro aspecto interessante a salientar é que construímos um imaginário e representação de nós mesmos que nos coloca numa esfera diferenciada dos demais. O primeiro impulso que temos é nos isolarmos daquele grupo tipo como de má conduta. A famosa frase “comigo é diferente, eu não faço assim” é quase sempre empregada como um mecanismo de defesa. Mas precisamos nos convencer de que aquela prática é do outro, e não nossa. Estas sutilezas da constituição da personalidade humana inscrevem-se num quadro muito complexo do universo humano. Sua compreensão demanda um instrumental psicanalítico para compreendê-lo em totalidade.

Por fim um aspecto que mercê ser abordado diz respeito aos limites entre o pessoal e o coletivo. Somos tentados a separar estes dois universos como se não fossem constitutivos um do outro. Os interesses individuais que estão em jogo quando do exercício profissional assumem uma dimensão tal que, o outro e a sociedade como um todo estão reduzidos a meios para a consecução dos nossos objetivos. Toda a dimensão coletiva que envolve a questão moral fica subordinada a um projeto individual. O individualismo associado ao pragmatismo contribui muito para este tipo de prática contemporânea.

O exercício profissional é decorrente da perspectiva ética de que nos servimos. As ações profissionais refletem as ações que julgamos válidas e das quais nos tornamos inteiramente responsáveis, por mais que possam parecer paradoxais se comparadas com as ações que empreendemos em outras esferas de nossa vida.

7. *Considerações finais*

Neste momento entendo que é importante apontar algumas conclusões que nossa exposição nos permitiu vislumbrar. Estamos diante de uma infinidade de caminhos e, como não poderia deixar de ser diferente, aqui temos o nosso recorte. O olhar que está aqui é situado, datado e depositário de minhas experiências individuais e coletivas. Mas não me furtarei a explicitá-lo neste momento. Considero relevante ressaltar:

1. *As questões éticas são intimamente relacionadas às ações morais. Constituem uma unidade indissolúvel que só podem ser tratadas separadamente por uma questão metodológica;*
2. *Os elementos que interatuam no ato moral são múltiplos e estes mesmos atos são decorrentes da forma como aqueles elementos são agenciados para a realização da ação pretendida;*
3. *A relação entre os valores e as ações morais é de reciprocidade, pois os valores apontam para escolha de ações morais, ao mesmo tempo em que as ações reforçam ou esvaziam a validade destes mesmos valores. O que escolhemos hoje é o que valerá para amanhã;*
4. *As soluções éticas de que nos valem hoje são históricas e não há nenhuma garantia de que sejam as mais adequadas para condução de nossas ações no futuro;*
5. *O individualismo e o pragmatismo devem fazer parte das práticas a serem superadas. A agenda moral contemporânea exige a inclusão social, a distribuição equitativa dos bens de ordem material e cultural e o respeito à diversidade e pluralidade cultural como pilares sobre os quais deve constituir-se;*

8. Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOFF, Leonardo. *A Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana*. 12ª ed. Petrópolis, RJ: 1997.
- CARVALHO, Luiz Fernando Medeiros de. *Cenas derridianas*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite a filosofia*. [versão eletrônico] Disponível para download em: <http://www.pfilosofia.xpg.com.br/> Cultural, 1987.
- DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. *A escritura e a diferença*. Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 229-253.
- DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Col. Debates)
- _____. Edmund Jabès e a questão do livro. In: _____. *A escritura e a diferença*. trad. Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 53-72.
- _____. Força e significação. In: _____. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 11-52.
- _____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- _____. *O animal que logo sou: (A seguir)*. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Unesp, 2002.
- DRAAISMA, Douwe. *Metáforas da memória: uma história das idéias sobre a mente*. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2005.
- ENCICLOPÉDIA DE FILOSOFIA Disponível em: <http://encfil.goldeye.info/> Acessado: 12.dez.2007.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais; Edmundo Cordeiro. 4. ed. Portugal: Veja/Passagens, 1992.
- _____. *A ordem do discurso*. Trad. Sírio Possenti. Campinas: Iel-Unicamp, 1993.
- _____. Prefácio. In: _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 5-27.
- FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. CD-ROM.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2a ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 1999. Col. Estudos.
- _____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GLOCK, RS, GOLDIM JR. *Ética profissional é compromisso social*. Mundo Jovem (PUCRS, Porto Alegre) 2003;XLI(335):2-3.
- LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário de Psicanálise* / Laplanche e Pontalis; Daniel Lagache (org), trad. Prado Tamen. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- PAROT, Françoise e DORON, Roland. *Dicionário de psicologia*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- PLATÃO. Livro X. In: PLATÃO. *A República*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. Cap. 10, p. 451-500.
- MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Paulus, 1980.
- SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaios de uma ontologia fenomenológica*. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VASQUEZ, Adolpho Sanchez. *Ética*. 22ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2002.